



PLANO DE AÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS 2022-2025





INDICE

RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO	4
O QUE É UMA RESERVA DA BIOSFERA?	4
FUNÇÕES DAS RESERVAS DA BIOSFERA	5
O PLANO DE AÇÃO DE LIMA PARA AS RESERVAS DA BIOSFERA 2016-2025.....	6
A ESTRATÉGIA NACIONAL ESPANHOLA: o plano de ação de ordesa- viñamala (2017-2025).11	
AS RESERVAS DA BIOSFERA EM PORTUGAL E ESPANHA	13
A RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS.....	16
DADOS GERAIS	16
CONTEXTO: COOPERAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS E	
O PARQUE NATURAL BAIXA LIMIA SERRA DO XURÉS:.....	19
DIAGNÓSTICO: PROBLEMÁTICA COMUM PARA ALCANÇAR OS OBJECTIVOS BÁSICOS DA	
RESERVA DA BIOSFERA.....	21
ÓRGÃOS DE GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS.53	
PLANO DE AÇÃO COMUM 2022-2025 DA RESERVA DA BIOSFERA	
TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS	55
INTRODUÇÃO	59
ESTRUTURA DO PLANO DE ACÇÃO	59
EIXO 1: IMAGEM E IDENTIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA	61
EIXO 2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	62
EIXO 3: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	65
EIXO 4: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE E DOS ATORES QUE INTERVÊM NA	
RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS	66
FICHAS DE ATUAÇÃO.....	67
AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	108



RESUMO

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés foi aprovada no dia 27 de Maio de 2009 pelo Conselho Internacional de Coordenação (CIC) do programa da UNESCO “Homem e a Biosfera (MAB)”, realizado em Jeju (Coreia do Sul) e faz parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

Sendo uma Reserva da Biosfera Transfronteiriça, o esforço de cooperação entre o território e as entidades portuguesas e espanholas tem um peso importante, nomeadamente na identificação de objetivos comuns, na definição de prioridades de atuação para o território e na articulação de estratégias de gestão.

Este esforço de cooperação entre os dois territórios reflete-se nos Planos de Ação 2010-2015 e 2015-2020 da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, documentos elaborados em coordenação entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., pela parte portuguesa, e a Xunta de Galicia - Dirección Xeral de Patrimonio Natural (pela parte espanhola).

Seguindo os objetivos específicos das Reservas da Biosfera e com base numa avaliação das necessidades e oportunidades do território Gerês-Xurés, **o Plano de Ação que se apresenta de seguida reflete as principais prioridades de atuação para o período 2021-2025**, privilegiando as atividades transfronteiriças e de cooperação entre as duas regiões, com especial atenção para os seguintes eixos estratégicos:

- **IMAGEM E IDENTIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS.**
- **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO.**
- **CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.**
- **PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE E DOS ATORES QUE INTERVÊM NA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS.**

Estes quatro eixos estratégicos são desenvolvidos no âmbito do Plano de Ação através de fichas de ação, nas quais se descrevem as principais linhas de atuação a realizar em cada Eixo, o seu contexto e objetivos, o seu contributo para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento sustentável), os indicadores e o impacto no território e o financiamento previsto.

O acompanhamento e a avaliação do Plano de Ação - que terão execução contínua - serão assegurados através dos órgãos de gestão da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, constituídos por representantes das autoridades nacionais, regionais e locais bem como pelos agentes do território. A sua missão é, entre



outros aspetos, a de supervisionar as ações do Plano de Ação, formular e executar os planos anuais, propor estratégias de conservação e preparar candidaturas a programas de financiamento nacionais e/ou europeus para desenvolver as atividades do Plano de Ação.

Em suma, o quadro estratégico e operacional que representa o Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés contribuirá a médio prazo para fortalecer a instituição desta área protegida transfronteiriça, promovendo o seu desenvolvimento económico de forma sustentável, protegendo e preservando os seus valores naturais e fomentando a participação ativa dos agentes regionais.

INTRODUÇÃO

O QUE É UMA RESERVA DA BIOSFERA?

As Reservas da Biosfera (RB) foram concebidas para responder a uma das questões mais essenciais que o mundo enfrenta hoje: como conciliar a preservação da biodiversidade e dos recursos com o seu uso sustentável?

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos ou uma combinação de ambos, reconhecidas internacionalmente como tal no âmbito do Programa sobre o Homem e a Biosfera (MaB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Estabelecem-se em zonas ecologicamente representativas ou de valor único, nas quais a integração da população humana e das suas atividades são essenciais. Devem contribuir para preservar e manter os valores naturais e culturais através de uma gestão sustentável, apoiada em bases científicas corretas e na criatividade cultural.

O conceito de Reserva da Biosfera foi desenvolvido em 1974 por um Grupo de Trabalho do Programa sobre o Homem e a Biosfera (MaB) da UNESCO, com o objetivo de promover a investigação interdisciplinar, a formação e comunicação no campo da conservação dos ecossistemas e da utilização racional dos recursos naturais, respondendo às preocupações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e, em particular, aos objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

A partir desse momento iniciou-se a Rede Mundial de Reservas de Biosfera, existindo na atualidade 714 Reservas distribuídas por 129 países, incluindo 21 sítios transfronteiriços entre os quais se encontra a RBTGX. A Rede é um elemento essencial para alcançar o objetivo do MaB: obter um equilíbrio sustentável entre as necessidades das populações), a conservação da diversidade biológica, a promoção do desenvolvimento económico e a conservação dos valores culturais.



As Reservas da Biosfera são propostas pelos governos nacionais e permanecem sob a soberania dos Estados onde estão localizadas. A definição, os critérios e o processo de designação das Reservas da Biosfera são estabelecidas no quadro dos documentos aprovados em 1995 pela Conferência Geral da UNESCO - Conferência de Sevilha.

A Estratégia de Sevilha para as Reservas da Biosfera identifica os objetivos das Reservas da Biosfera a nível individual, nacional e internacional. Muitas das Reservas da Biosfera foram designadas há mais de dez anos e, consequentemente estão sujeitas à revisão periódica prevista no artigo 9.º do Marco Estatutário da Rede Mundial de Reservas de Biosfera.

O objetivo desta revisão periódica é incitar as autoridades competentes a rever as suas Reservas da Biosfera segundo os critérios definidos por este Marco Estatutário. Essa revisão pode conduzir a uma melhor integração da conservação, do desenvolvimento e da investigação científica nas Reservas da Biosfera existentes, à extensão das mesmas ou à criação de Reservas da Biosfera Transfronteiriças, para reforçar assim a cooperação internacional, tendo em vista uma gestão duradoura dos ecossistemas comuns. A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurê foi alvo da sua revisão periódica em 2019, tendo obtido uma avaliação positiva por parte da UNESCO.

FUNÇÕES DAS RESERVAS DA BIOSFERA

As Reservas da Biosfera devem cumprir três funções complementares:

- **Uma função de conservação**, para proteger os recursos genéticos, as espécies, os ecossistemas e as paisagens;
- **Uma função de desenvolvimento**, para promover um desenvolvimento económico sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico; e,
- **Uma função de conhecimento científico e apoio logístico**, para apoiar e incentivar atividades de investigação, educação, formação e monitorização permanentes, relacionadas com atividades de interesse local, nacional e mundial visando a conservação e o desenvolvimento sustentável.

Em particular, cada Reserva da Biosfera tem que conter os três elementos seguintes:

- ✓ **Uma ou mais áreas núcleo** que beneficiem de proteção de longo prazo e permitam conservar a diversidade biológica, monitorizar os ecossistemas menos alterados e realizar investigações e outras atividades como as educativas;
- ✓ **Uma zona tampão bem definida**, que normalmente circunda ou é adjacente às áreas nucleares e que é utilizada para atividades de cooperação compatíveis com as boas práticas ecológicas, incluindo a educação ambiental, o lazer, o turismo de natureza e a investigação básica e aplicada;



- ✓ **E uma área de transição flexível**, (ou área de cooperação), que pode incluir várias atividades agrícolas, aglomerados populacionais e outros usos, onde as comunidades locais, os órgãos de gestão, os cientistas, as organizações não-governamentais, os grupos culturais, o setor económico e outras partes interessadas trabalham em conjunto na gestão e no desenvolvimento sustentável dos recursos da área.

Em suma, as Reservas da Biosfera são muito mais do que simples Áreas Protegidas. São designadas para promover e demonstrar uma relação equilibrada entre as populações e a natureza. Deste modo, a eficácia de uma Reserva da Biosfera exige que os especialistas em ciências naturais e sociais, os grupos envolvidos na conservação e no desenvolvimento, as autoridades administrativas e as comunidades locais trabalhem em conjunto nesta complexa questão.

O PLANO DE AÇÃO DE LIMA PARA AS RESERVAS DA BIOSFERA

1. A estratégia Internacional: O Plano de Ação de Lima 2016-2025

A Estratégia do MaB prevê que para os próximos 10 anos, o Programa MaB concentre o seu apoio aos Estados Membros e partes interessadas na conservação da biodiversidade; a restauração e a melhoria dos serviços dos ecossistemas; o fomento do uso sustentável dos recursos naturais; a contribuição para uma sociedade sustentável, sã e igualitária, uma economia e um conjunto de assentamentos humanos prósperos em harmonia com a biosfera; a facilitação da biodiversidade, a ciência sustentável, a formação para o desenvolvimento sustentável e o fomento de capacidades, o apoio à mitigação das alterações climáticas e a sua adaptação a estas, e a outros aspetos da alteração climática global.

Em linha com a declaração da sua visão e missão, o Plano de Ação do Lima atua em sociedades prósperas em harmonia com a biosfera para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e implementar o Programa 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tanto dentro das reservas da biosfera como fora destas, mediante a difusão global dos modelos de sustentabilidade desenvolvidos nas reservas da biosfera.

O Plano de Ação de Lima apresenta-se como uma matriz, estruturada segundo as Áreas de Ação Estratégicas da Estratégia do MaB 2015-2025. Inclui objetivos definidos, ações e resultados que contribuirão para a implementação eficaz dos fins estratégicos incluídos na Estratégia do MaB. Também especifica as entidades com principal responsabilidade na implementação, juntamente com o seu âmbito temporal e os indicadores de realização.



Assim, os objetivos estratégicos do Plano de Ação de Lima precedem diretamente das três funções das RB assinaladas anteriormente, e do perentório problema das alterações climáticas mencionadas no Plano de Ação de Madrid para as RB. Estes objetivos estratégicos são:

1

Conservar a biodiversidade, restaurar e melhorar os serviços dos ecossistemas e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais

3

Facilitar o conhecimento sobre a biodiversidade e a sustentabilidade, a educação para o desenvolvimento sustentável e a criação de capacidades

2

Contribuir para a construção de sociedades e economias sustentáveis, saudáveis e equitativas e assentamentos humanos prósperos em harmonia com biosfera

4

Apoiar a diminuição dos efeitos das alterações climáticas e outros aspetos da alteração ambiental mundial e a adaptação a esta

2. A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGUESA: O PLANO DE AÇÃO DE PORTUGAL PARA AS RESERVAS DA BIOSFERA (2018-2025)

Este Plano de Ação procede à adaptação do Plano de Ação de Lima para a realidade das reservas da Biosfera de Portugal, pelo que entendemos ser fundamental considerá-lo neste Plano de Ação como um documento base de caracterização da Estratégia do Programa MaB 2015-2025.

Contém 5 áreas de ação estratégica:

- a) Modelo de desenvolvimento Sustentável: **A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável**



Objetivos :

A1. Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente	A2. Seleção, planificação e implementação das Reservas da Biosfera como processos abertos e participativos	A3. Integração das Reservas da Biosfera na legislação e nos programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento
A4. Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das Reservas da Biosfera e ao desenvolvimento sustentável	A5. Sustentabilidade económica das Reservas da Biosfera	A6. Funcionamento eficaz da Rede Mundial de Reservas da Biosfera com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as Reservas da Biosfera
A7. Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas.		

Fonte: Plano de Ação de Portugal para as Reservas da Biosfera 2018-2025

b) Colaboração e Networking (Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera)

Objetivos:

B1. Gestores das Reservas da Biosfera eficazes e atores locais interessados e comprometidos	B2. Redes regionais e temáticas inclusivas	B4. Colaboração regional e temática eficaz
B6. Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as Reservas da Biosfera	B7. Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico /detentores de conhecimento com visão do MaB e uma missão comum	

Fonte: Plano de Ação de Portugal para as Reservas da Biosfera 2018-2025

c) Cooperação externa e financiamento (Parcerias externas eficazes e financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera)

Objetivos:

C1. Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais	C2. Reservas da Biosfera e Redes regionais geradoras das suas próprias receitas	C3. Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado
C4. Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais	C5. Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das Reservas da Biosfera	C6. Reconhecimento nacional e internacional das Reservas da Biosfera
C7. Potenciar as sinergias entre as Reservas da Biosfera		

Fonte: Plano de Ação de Portugal para as Reservas da Biosfera 2018-2025

d) Comunicação e Informação (Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente)

Objetivos:

D1. Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros materiais MaB – Acesso aberto	D2. Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB	D3. Promover maior alcance e participação – Redes sociais
--	--	---

Fonte: Plano de Ação de Portugal para as Reservas da Biosfera 2018-2025

e) Governança (Governança efetiva do Programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas)

E1. Apoio à implementação do Programa MaB por parte dos Governos dos Estados Membros	E2. Composição interdisciplinar dos Comités nacionais MaB
E3. Processo de atualização regular e de monitorização do Plano de Ação de Lima/Plano de Ação de Portugal por parte do Estado-Membro	E4. Funcionamento efetivo das Redes regionais e temáticas

Fonte: Plano de Ação de Portugal para as reservas da Biosfera 2018-2025



3. A ESTRATÉGIA NACIONAL ESPANHOLA: O PLANO DE AÇÃO DE ORDESA- VIÑAMALA (2017-2025)

Este Plano de Ação para a rede espanhola de Reservas da Biosfera (PAOV-RERB 2017-2025) foi elaborado mediante um processo participativo a partir de um documento de trabalho baseado no Plano de Ação de Lima. O documento final foi elaborado na RB Ordesa-Viñamala, em setembro de 2017 durante o II Congresso Espanhol de Reservas da Biosfera. Na elaboração do documento participaram os membros do Conselho de Gestores, do Conselho Científico e do Comité Espanhol do Programa MaB da UNESCO.

O Plano de Lima foi adaptado à realidade de Espanha, respeitando em todo o caso os objetivos, ações e resultados nele estabelecidos, e definindo por sua vez as ações, a articulação e os objetivos a aplicar em Espanha.

O Plano de Ação de Ordesa-Viñamala 2017-2025 apresenta-se como uma matriz estruturada segundo as Áreas de Ação estratégicas da Estratégia do MaB 2015-2025. Inclui objetivos definidos, ações e resultados que contribuirão para a implementação eficaz dos fins estratégicos na RERB. Também, especifica as principais entidades responsáveis da implementação de cada ação junto ao seu âmbito temporal e os indicadores de cumprimento.

As Áreas de Ação são as seguintes (coincidentes com as do Plano de Ação de Portugal):

1. **Área de ação estratégica A.** A Rede Mundial de Reservas da Biosfera está formada por lugares que põem em prática modelos eficazes para o desenvolvimento sustentável

Objetivos:

- A.1 Reconhecimento das Reservas da Biosfera (RRBBs) como modelos que contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs).
- A.2 Seleção, planeamento e implementação aberta e participativa de RRBBs.
- A.3 Integração de RRBBs na legislação, regulamentos ou programas relevantes, juntamente com suporte para a operação de RRBBs.
- A.4 Pesquisa, aprendizado prático e oportunidades de treinamento para ajudar a gerenciar RRBBs e promover o desenvolvimento sustentável neles.
- A.5 Sustentabilidade econômica dos RRBBs.
- A.6 Funcionamento efetivo da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, com todos os RRBBs em conformidade com seu Marco Estatutário.
- A.7 Reconhecimento dos RRBBs como geradores e protetores dos serviços ecossistêmicos.



2. **Área de ação estratégica B.** Colaboração e criação de redes inclusivas, dinâmicas e orientadas para os resultados dentro do Programa MaB e a Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

Objetivos:

- B.1 Coordenadores/administradores do RRBB e partes envolvidas e engajadas no RRBB.**
- B.2 Redes regionais e temáticas inclusive.**
- B.3 Redes regionais e temáticas com recursos adequados.**
- B.4 Colaboração regional e temática eficaz.**
- B.5 Visibilidade das redes regionais e temáticas e suas atividades.**
- B.6 Cooperação transnacional e transfronteiriça entre RRBB.**

3. **Área de ação estratégica C.** Relações externas eficazes e financiamento suficiente e sustentável para o programa MAB e a Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

C.1 e C.2: objetivos do PAL que não foram transpostos para o contexto espanhol por ultrapassarem o âmbito de aplicação no RERB ou que já tenham sido ultrapassados no RERB.

C.3 Geração de receitas próprias por RRBBs e redes regionais.

C.4 Reconhecimento do Programa MaB como parceiro chave no setor privado.

C5. Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos programas de financiamento nacionais e regionais.

C6. Contribuição para as atividades do RRBB por empresários e empresas sociais.

C7. Reconhecimento internacional e nacional de RRBBs.

C8. Promover sinergias entre RRBBs.

- 4 **Área de ação estratégica D.** Comunicação, informação e publicação de dados de forma integral, moderna, aberta e transparente.

Objetivos:

D.1. Disponibilidade total de documentos, dados, informações e outros materiais do MaB

D.2. Maior conhecimento sobre os aspectos do Programa MaB

D.3. Maior participação e alcance.

5. **Área de ação estratégica E.** Governança efetiva do Programa MaB e a Rede Mundial de Reservas da Biosfera e dentro deles.

Objetivos:



E.1 e E.2: objetivos do PAL que não foram transpostos não seriam transpostos para o contexto espanhol, pois ultrapassaram o escopo de aplicação no RERB ou que já foram ultrapassados no RERB.

E.3 Atualizações regulares sobre o progresso dos Estados Membros e monitoramento do Plano de Ação.

E.4 Funcionamento eficaz das redes regionais e temáticas.

AS RESERVAS DA BIOSFERA EM ESPANHA E PORTUGAL

Espanha tem atualmente reconhecidas 52 Reservas da Biosfera, distribuídas por todas as áreas biogeográficas do Estado e em 15 das 17 comunidades autónomas. Três das Reservas da Biosfera (RB) são transfronteiriças, e uma delas é intercontinental.

REDE ESPANHOLA DE RESERVAS DA BIOSFERA					
	NOME DA RESERVA	ANO DE DECLARAÇÃO	NOME DA RESERVA	ANO DE DECLARAÇÃO	
1	Sierra de Grazalema	1977	27	Babia	2004
2	Ordesa-Viñamala	1977	28	Gran Canaria	2005
3	Montseny	1978	29	Área de Allariz	2005
4	Doñana	1980	30	Sierra del Rincón	2005
5	Mancha Húmeda	1980	31	El Alto Bernesga	2005
6	La Palma	1983	32	Los Argüellos	2005
7	Sierra de Cazorla, Segura y las Vilas	1983	33	Los Valles de Omaña y Luna	2005
8	Marismas de Odiel	1983	34	Os Ancares Lucenses e Montes de Cervantes, Navia e Becerreá	2006
9	Urdaibai	1984	35	Los Ancares Leoneses	2006
10	Serra Nevada	1986	36	Sierras de Béjar y Francia	2006
11	Cuentas Altas de los ríos Manzanares, Lozoya y Guadarrama	1992	37	Intercont. Del Mediterráneo	2006
12	Lanzarote	1983	38	Río Eo, Ocos e Terras de Burón	2007
13	Menorca	1983	39	Fuerteventura	2009
14	Sierra das Neves 1	1995	40	Transfronteiriza de Gerês-Xurés	2009
15	Cabo de Gata-Níjar	1997	41	Las Ubiñas – La Mesa	2012
16	El Hierro	2000	42	La Gomera	2012
17	Somiedo	2000	43	Mariñas Corulesas e Terras do Mandeo	2013
18	Muniellos	2000	44	Terres de L'Ebre	2013
19	Bardenas Reales de Navarra	2000	45	Real Sitio de San Ildefonso – El Espinar	2013
20	Redes	2001	46	Macizo de Anaga	2015
21	Terras do Miño	2002	47	Transfronteriza Meseta Ibérica	2015
22	Dehesas de Sierra Morena	2002	48	Tajo-Tejo Internacional	2016
23	Valle de Laciana	2003	49	Ponga	2018

24	Picos de Europa	2003	50	Valle del Cabriel	2019
25	Monfragüe	2003	51	Alto Turia	2019
26	Valles de Leza, Jubera, Cidacos y Alhama	2003	52	La Siberia	2019

Reservas da Biosfera em Espanha



Figura 1: Mapa da Rede de Reservas da Biosfera Espanholas

Fonte: www.custodia-territorio.es

Portugal conta, desde 1981, com 12 Reservas da Biosfera que abrangem diferentes tipos de ecossistemas, desde os insulares na região da Macaronésia e no mar Atlântico, aos paus do Tejo e zonas montanhosas do Continente.

REDE PORTUGUESA DE RESERVAS DA BIOSFERA

	NOME DA RESERVA	ANO DE DECLARAÇÃO
1	Paúl do Boquilobo	1981
2	Ilha do Corvo	2007
3	Ilha Graciosa	2007
4	Ilha das Flores	2009
5	Transfronteiriça Gerês-Xurês	2009
6	Berlengas	2011
7	Santana – Madeira	2011
8	Meseta Ibérica	2015



9	Tejo/ Tago Internacional	2016
10	Ilha de São Jorge	2016
11	Castro Verde	2017
12	Porto Santo	2020

Reservas da Biosfera em Portugal



Figura 2. Mapa da Rede de Reservas da Biosfera Portuguesas

Fonte: ICNF.I.P



A RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS

DADOS GERAIS

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés foi aprovada em 27 de Maio de 2009 pelo Conselho Internacional de Coordenação (CIC) do programa da UNESCO sobre o Homem e a Biosfera (MaB), realizado em Jeju (Coreia do Sul) e faz parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

Está localizada entre a Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) e a Região Norte (Portugal), nas províncias do Minho e Trás-os-Montes, em Portugal e na província de Ourense, na Galiza (Espanha). Integra 12 autarquias locais, os municípios de Calvos de Randín, Muíños, Lobios, Entrimo, Lobeira e Bande, na Galiza (Espanha) e os municípios de Montalegre, Terras de Bouro, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço em Portugal.

A sua superfície é de 259 657 ha, dos quais 62 819 ha (24%) correspondem à Galiza, em Espanha e 196 838 ha (76%) correspondem a Portugal. As coordenadas geográficas centrais são: Latitude 41º 52' 16.48" N, Longitude -8º 03' 18.65" W.

Zonamento da Reserva da Biosfera

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés é constituída pelos territórios que integram o Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés, na Galiza, Espanha e o Parque Nacional da Peneda-Gerês, em Portugal, além do restante território dos municípios que abrangem ambas as Áreas Protegidas.

Os normativos que regem o zonamento, em ambas as Áreas Protegidas são, por um lado, o Plan de Ordenación de los Recursos Naturales,¹parcialmente alterado pelo Decreto 401/2009 de 22 de Outubro e, em Portugal, o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 04 de Fevereiro).

O zonamento da Reserva Transfronteiriça é feito de acordo com o zonamento das Áreas Protegidas que engloba:

- **A área núcleo** compreende as zonas de Reserva Integral e de Proteção Especial do Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés, estabelecidas no Decreto 32/1993 e denominadas segundo o Decreto 64/2009 de 19 de fevereiro que aprova o PORN do PN BL_SX como Zona de Interesse Prioritário para a

¹Decreto 64/2009. Publicado no DOG 61, 30/03/2009

Conservação (ZPDG-A), envolvendo 11.815 ha e a Área de Ambiente Natural do Parque Nacional da Peneda-Gerês, conforme o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, envolvendo 22.619 ha.

- **A zona tampão** inclui a área de regeneração florestal, zona de cultivos, massas de água, zona de serviços e núcleos urbanos do Parque Natural da Baixa-Limia Serra do Xurés, estabelecidas no Decreto 32/1993 e denominadas pelo Decreto 64/2009 do 19 de fevereiro que aprova o PORN do PN BL_SX como Zona de Uso Restrito (ZPDG-B), Zona de Uso Moderado (ZPDG-C) e Zona de Uso Geral (ZPDG_D) envolvendo 17.914 ha e a Área de Ambiente Rural do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95), o Sítio de Importância Comunitária Peneda-Gerês e a Zona de Proteção Especial (ZPE) Serra do Gerês, envolvendo 71.649 ha.
- **A zona de transição** inclui o restante território dos municípios envolvidos na Reserva da Biosfera não incluído nos espaços protegidos listados acima e envolvem 33.185 ha na Galiza, Espanha, e 110.774 ha em Portugal.

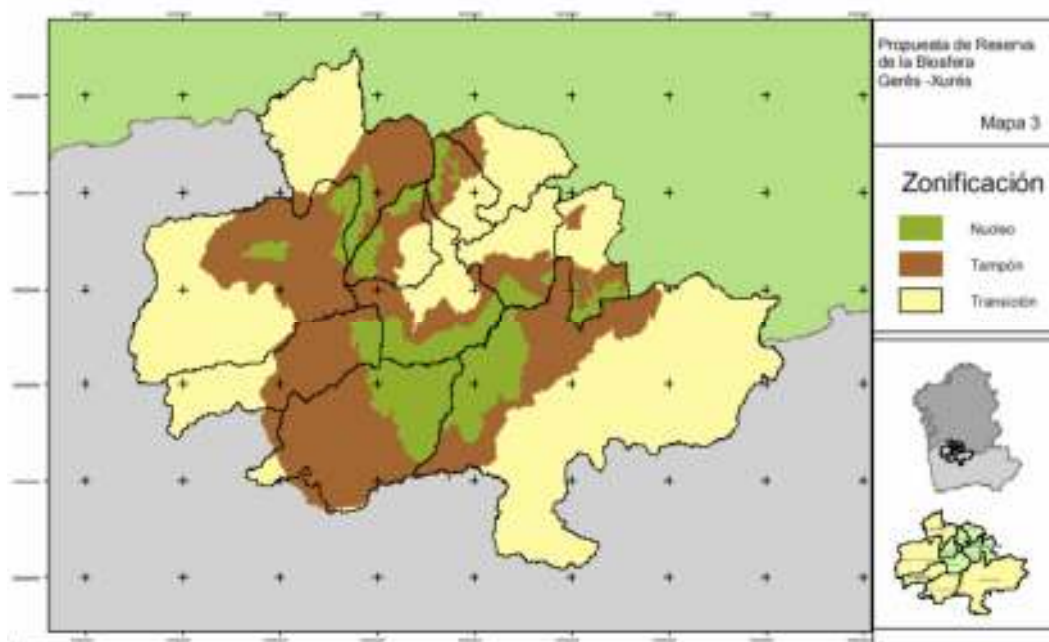


Figura 3. Zonamento da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

Características do território

O território da Reserva apresenta características maioritariamente graníticas e montanhosas, possui uma rede hidrográfica densa, ecossistemas bem preservados e espécies de excecional interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade. É também reconhecido pela diversidade e beleza das suas paisagens, mais ou menos humanizadas, revelando uma peculiar presença do Homem neste território desde o período do Neolítico até aos nossos dias.



Flora e vegetação

As diferentes orientações do relevo, as variações bruscas de altitude e as influências climáticas (atlântica, mediterrânea e continental) dão origem a uma grande diversidade de microclimas. Estes, associados à constituição essencialmente granítica do solo e à disponibilidade de água, originam aspetos botânicos muito especiais.

A região é marcada pela presença de grandes manchas de carvalhos: carvalhais de aspeto luxuriante dominados pelo carvalho alvarinho e pelo carvalho negral. Surgem também áreas de matos dominados por tojos e urzes. Destacam-se ainda a presença de algumas turfeiras, complexos ecossistemas de grande valor natural que, pela sua raridade, apresentam um elevado interesse para a conservação da natureza.

Fauna

A multiplicidade de habitats, a variada flora e a fisiografia singular do território da Reserva permitem obter condições favoráveis à manutenção de uma assinalável diversidade faunística, da qual são exemplo algumas espécies consideradas raras e únicas em todo o mundo, como o lobo-ibérico. Também o corço apresenta diversos núcleos populacionais em situação favorável. Conhecem-se ainda várias espécies de morcegos, alguns dos quais com estatuto de ameaçados. Salienta-se ainda a ocorrência de espécies com particular importância como a marta, o arminho, as víboras e o garrano selvagem. Dos invertebrados destacam-se duas espécies de borboletas, um escaravelho e uma lesma. Nos cursos de água deste território existem várias espécies de peixes como a truta-de-rio, a enguia, a toupeira-de-água, a lontra, o melro-de-água, o lagarto-de-água, a rã-ibérica e a salamandra-lusitânica.

Estão ainda identificadas diversas espécies de aves, muitas das quais migradoras. Destacam-se pelo seu estatuto de conservação ou pela sua reduzida área de distribuição na península ibérica a águia-real, a gralha-de-bico-vermelho, o bufo-real, o falcão-abelheiro e o cartaxo-nortenho.

Geodiversidade

O domínio das rochas graníticas confere às serras um relevo vigoroso e um carácter desnudado assumindo as mais diversas formas: penhas, pias, blocos, bolas graníticas. No extremo nordeste do planalto de Castro Laboreiro e entre Lindoso e São Bento do Cando afloram xistos, metagrauvaques e quartzitos. Outro aspeto geológico importante prende-se com a presença de formas glaciárias (vales em U, moreias, circos glaciários, rochas aborregadas) que testemunham importantes variações climáticas ocorridas no passado.

Património Cultural

O património histórico da Reserva inclui abundantes representações da ocupação neolítica: várias necrópoles megalíticas, túmulos e mamóas; habitats fortificados da Idade do Ferro; uma representação importante da ocupação romana, assim como numerosos exemplos da arquitetura medieval, bem representada por diversos castelos e igrejas



De acordo com as estimativas da população residente, calcula-se que atualmente residam nos municípios da Reserva cerca de 63.000 habitantes, confirmando a tendência regressiva da última década, comum aos dois lados da fronteira.

Os territórios incluídos na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, no seu duplo papel de promotores da conservação e do desenvolvimento, contam com instrumentos que garantem a conservação dos recursos naturais e têm vindo a implementar programas de promoção do desenvolvimento local, principalmente através da iniciativa comunitária LEADER e do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) e, no passado, de vários programas INTERREG IV-A (Cooperação Transfronteiriça Europeia Territorial entre a Galiza e a região Norte de Portugal).

CONTEXTO: COOPERAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS E O PARQUE NATURAL BAIXA LIMIA SERRA DO XURÉS:

A cooperação entre as Áreas Protegidas que compõem a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés tem já várias décadas de percurso.

Assim, em 1994, os Diretores de ambos os Parques elaboraram e apresentaram um "Memorando Conjunto de Atividades" das duas Áreas Protegidas e, a partir dessa data, os seus responsáveis têm vindo a implementar atividades conjuntas, como percursos transfronteiriços, sinalização, publicação de um boletim informativo trimestral, entre outros.

De 1995-2000: Plano de Atuações Transfronteiriças Interparques – INTERREG II.

Em 1997, foi assinado na Portela do Homem o "Protocolo de Acordo de Cooperação Transfronteiriça" e desde essa data até ao ano 2000 foram realizadas reuniões de coordenação a fim de harmonizar o zonamento dos dois Parques.

O trabalho conjunto das Áreas Protegidas também se materializou na elaboração, apresentação e aprovação pelas entidades competentes, de várias candidaturas de cooperação territorial europeia, entre as quais se inclui:

- 2003-2005: Projecto "A Geira na Serra do Gerês" do Programa Interreg III-A Espanha-Portugal. Através desta iniciativa, levou-se a cabo uma cooperação conjunta entre os municípios de Portugal (Amares e Terras de Bouro) e da Galiza (Lobios, Muiños e Entrimo), além das Universidades do Minho e de Santiago de Compostela. O ICNB participou também como financiador em algumas das ações deste projeto, como a da ponte de São Miguel e o desenvolvimento de estudos para a classificação da Via Romana como Património Nacional. O líder desse projeto foi o município de Terras de Bouro, em Portugal.



- 2002-2005: Projeto: "*Espaços Protegidos da Galiza e do Norte de Portugal - EPROGANOP*", enquadrado no Programa Interreg III-A Espanha-Portugal, cujo objetivo consistiu na elaboração de uma estratégia transfronteiriça conjunta para a conservação da natureza e para os correspondentes programas de desenvolvimento, em ambos os lados da fronteira, através do intercâmbio de experiências e de boas práticas e de definição de processos de planeamento no âmbito da Rede Europeia Natura 2000.
- 2008-2011: Projeto: "*Gestão conjunta do Parque Natural Baixa Limia - Serra do Xurés e do Parque Nacional da Peneda-Gerês - NATURA XURÉS-GERÊS*", no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal 2007-2013 (POCTEP). O objetivo deste projeto é o de proteger, preservar e integrar os recursos naturais da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, promovendo nos espaços naturais protegidos (Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés e Parque Nacional da Peneda-Gerês) o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e a valorização dos recursos ambientais comuns.
- 2012- 2014: Valor Gerês Xurés: projeto desenvolvido pela CIM AltoMinho em parceria com os municípios do Parque Nacional da Peneda- Gerês, um projeto de cooperação transfronteiriça, cofinanciado pelo programa POCTEP, que visou o desenvolvimento de um modelo de gestão integrado das Portas do PNPG e do PNBLSX. O projeto teve como parceiros a CIM Alto Minho, que assumiu a função de chefe de fila, os municípios de Arcos de Valdevez, Melgaço, Ponte da Barca e Terras de Bouro, o Ecomuseu do Barroso, a ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima), a IN.Cubo, a Deputación e o Ayuntamiento de Ourense.
- 2017-2020: Projeto Gerês Xurés Dinâmico: o principal objetivo de GERÊS_XURÉS_DINÂMICO foi o de fortalecer a identidade da Reserva da Biosfera mediante o fomento da participação ativa dos atores do território, a promoção do seu desenvolvimento económico e turístico e a proteção e conservação do seu património natural e cultural.
- Fronteira esquecida: projeto destinado a valorizar os recursos naturais e culturais do Rio Lima e sua envolvente, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do programa Interreg VA Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. O objetivo principal foi desenvolver uma estrutura de gestão e promoção conjunta para melhorar o uso turístico da zona. As suas intervenções tiveram por objeto identificar, valorizar e promover, de forma coordenada, o património natural, cultural e paisajístico da envolvente do rio.

Ao nível institucional deve ser sublinhado o reforço da cooperação através do trabalho desenvolvido pela Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal.

As ações conjuntas realizadas até agora no território da Reserva Transfronteiriça podem ser enquadradas nas seguintes áreas de cooperação:



- **no âmbito institucional:** por um lado, com a elaboração e a assinatura de protocolos de cooperação e a participação ativa na Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, e, por outro, com a apresentação e aprovação das várias candidaturas de cooperação territorial europeia, que culminaram com a elaboração e aprovação da candidatura conjunta a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês, apresentada à UNESCO em Setembro de 2008 e aprovada em Maio de 2009.
- **no âmbito técnico;** como resultado da cooperação institucional, através da execução de ações conjuntas no terreno, como os trabalhos de zonamento, atividades de educação ambiental, divulgação e sensibilização, a recuperação de espécies e caminhos conjuntos e a elaboração de planos diretores e de ordenamento conjuntos.

DIAGNÓSTICO: PROBLEMÁTICA COMUM PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS BÁSICOS DA RESERVA DA BIOSFERA

A elaboração do Plano de Ação Conjunto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês requer o conhecimento, por um lado, dos antecedentes e das experiências de cooperação e de trabalho conjunto do território transfronteiriço, conforme indicado na secção anterior. Por outro lado, é necessário analisar os pontos fortes e fracos do território, identificando ao mesmo tempo as oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável.

A análise foi realizada em diferentes âmbitos: o meio físico do território, a população e os recursos humanos, o quadro socioeconómico, as infraestruturas, o urbanismo e o património cultural, o turismo e, finalmente, o contexto institucional desenvolvido ao longo dos anos.

Assim, os trabalhos focaram-se em analisar a problemática comum do território transfronteiriço para alcançar objetivos fundamentais a médio e longo prazo e definir os campos de ação e de interesse comum para alcançar aqueles objetivos. Isto permitiu a definição de um âmbito de ação comum apresentado no Plano e a seleção e priorização das ações a desenvolver nos próximos seis anos.

De seguida apresenta-se o diagnóstico dos pontos fracos, ameaças, pontos fortes e oportunidades da área da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês:

a) Território - meio físico:

O território definido pela RBTGX, particularmente nas áreas classificadas do PNPG e do PNBLX, distingue-se, desde logo, pelo elevado valor do seu património natural e pela existência de habitats naturais pouco ou nada fragmentados, bem como por uma elevada geodiversidade. Estes habitats naturais preenchem zonas relativamente extensas à escala europeia, compreendendo essencialmente a parte alta da Serra do



Gerês/Xurés, e integram a zona núcleo da Reserva da Biosfera. Existem ainda outras áreas em excelente estado de conservação, como sejam as matas de carvalhal, algumas das quais constituem manchas relativamente extensas. Verifica-se ainda a existência de áreas com grande potencial de renaturalização, em virtude da conjugação de vários fatores, nomeadamente o abandono dos usos tradicionais de ocupação do solo com alterações significativas do sistema agro-silvo-pastoril devidas à perda progressiva da população residente.

O Parque Natural da Baixa Limia – Serra do Xurés articula-se em torno de um conjunto de contrafortes integrados na serra galego-minhota: Serra do Laboreiro, Serra do Xurés e Serra da Pena. Apesar de ao longo destas elevações se estabelecer a fronteira com Portugal, do ponto de vista ambiental e da sua utilização pelas populações humanas, constituem uma unidade difícil de separar do resto da serra galego-minhota da parte portuguesa.

É essencialmente um território de relevo acentuado, em que as áreas de planície são escassas, sujeitas a um clima caracterizado por grandes contrastes entre as partes superior e inferior. Na primeira, a pluviosidade é alta e tem regime termométrico contrastante, com invernos longos e rigorosos em áreas acima de 1.000 m.s.n.m. Este clima agreste é ameno nas zonas baixas, associado aos principais cursos fluviais, que em alguns casos percorrem vales muito abrigados e fortemente encaixados, o que faz com que as chuvas sejam bastante escassas no contexto galego, com uma importante seca estival.

Os principais componentes bióticos deste espaço natural estão claramente relacionados com os territórios atlânticos e da Europa Central, para além de terem uma penetração significativa de elementos florísticos e faunísticos de tendência mediterrânica, principalmente através das zonas meridionais. Supõe a presença de espécies e comunidades vegetais e animais cuja representação na Galiza é praticamente exclusiva, o que supõe um alto valor do ponto de vista da sua importância no relativo à conservação da biodiversidade existente no domínio da Galiza.

A atividade humana, presumivelmente desenvolvida neste território de forma ininterrupta desde há cerca de 4.000 anos, foi moldando uma paisagem em mosaico em que hoje se destacam as grandes áreas ocupadas por matos, ambientes rochosos e florestas.

Do ponto de vista ecológico, entre os valores que mais contribuem para a consideração deste espaço como uma das áreas de maior interesse é precisamente a extensão e estado de conservação destes matos e rochas, tanto no contexto galego como em no noroeste ibérico, durante quase um século.

A região é caracterizada pela existência de grandes áreas florestais, naturais e plantadas, onde predomina a presença de espécies autóctones. Estas grandes manchas florestais localizam-se essencialmente em terreno baldio e a sua adequada gestão é encarada como uma importante oportunidade para a implementação de um processo de certificação da gestão florestal sustentável, beneficiando os compartes, a



gestão e conservação dos recursos naturais, a produtos florestais e os utilizadores da floresta. As medidas agroambientais e silvo-ambientais são atualmente encaradas como uma vantagem para a conservação da natureza e dos seus recursos e uma oportunidade para se empreender um verdadeiro esforço de gestão sustentável dos baldios.

As grandes áreas naturais, o elevado valor do património natural, a diversidade e beleza paisagística resultante de uma combinação invulgar das características geológicas deste território, das características topográficas de montanha e das condições climáticas conferem à região um forte potencial de atratividade turística e condições naturais para o desenvolvimento de inúmeras atividades recreativas.

As condições naturais são também favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com a agricultura em molde tradicional e biológico, potenciando a promoção de uma política de desenvolvimento sustentável, que favorece quer as populações locais (o Homem) quer a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade (a Biosfera). As plantas aromáticas e medicinais (que antigamente eram colhidas no habitat natural e hoje são cultivadas e comercializadas por vários pequenos produtores locais) são um dos exemplos.

Os recursos naturais existentes, que continuam a ser o suporte de muitas atividades humanas da população residente, estão no entanto sujeitos a algumas vulnerabilidades e pressões, das quais se destacam:

- Existência de fogos florestais de grande extensão e alta frequência na última década.
- Existência de uma área significativa de resinosas que aumentam o risco e severidade dos incêndios florestais.
- Existência de extensas áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras.
- Pressão de herbivorismo e pisoteio sobre turfeiras, matos higrófilos e urzais.
- Fragmentação por urbanismo consolidado, em particular nos vales do Lima e Gerês.
- Limitação da capacidade de intervenção com projetos de expansão e restauração de habitats naturais motivada pela extensa área ocupada por habitats naturais que não são propriedade pública.
- Alterações climáticas.
- Pressão turística em determinadas épocas do ano e em zonas ecologicamente sensíveis.

Por outro lado verificam-se outros constrangimentos que agravam os problemas identificados, como são as situações de tardia atuação nas áreas degradadas, facto que agrava o estado de deterioração; a falta de regulamentação específica para determinados usos e atividades humanas; os reduzidos recursos (técnicos e humanos) para uma vigilância ambiental adequada e bem dimensionada; a falta de sinalização adequada que permita a identificação de zonas ecologicamente sensíveis, a sensibilização pública para os valores naturais presentes e uma gestão mais eficaz do uso público; a reduzida capacidade para a realização de ações de formação e



sensibilização da população residente para a adequada utilização e gestão sustentável dos recursos naturais.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

TERRITÓRIO – MEIO FÍSICO	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Existência de áreas relativamente extensas com habitats naturais pouco ou nada fragmentados.	Território muito extenso, com uma grande superfície florestal para controlar.
Aumento das áreas com potencial de renaturalização.	Reduzidos recursos (técnicos e humanos) para uma vigilância ambiental adequada e bem dimensionada.
Elevado valor do património natural, diversidade faunística, florística e geológica.	Falta de regulamentação específica para determinados usos e atividades humanas.
Diversidade e beleza paisagística.	Atuação tardia nas áreas degradadas, agravando o estado de deterioração.
Grande superfície florestal com presença de notáveis espécies autóctones.	Sinalização insuficiente das zonas ecologicamente sensíveis, que permita a sua fácil identificação, a sensibilização pública para os valores naturais presentes e a gestão mais eficaz do uso público.
Gestão florestal dos baldios.	Reduzida capacidade para a realização de ações de formação e sensibilização da população residente para a adequada utilização e gestão sustentável dos recursos naturais.
Condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com a agricultura em moldes tradicional e biológica.	Áreas degradadas por incêndios florestais de grande extensão e alta frequência na última década.
Recursos e características naturais com um forte potencial de atratividade turística e favoráveis ao desenvolvimento de atividades recreativas e desporto de montanha.	
Existência de águas mineromedicinais, que são o suporte da atividade termal da região.	



Existência das CNAF's (Corpo Nacional de Agentes Florestais), que são recursos muito importantes para a gestão florestal e prevenção de incêndios florestais e rurais e Agentes do Meio Ambiente na Galicia Reforço da sinalização das Zonas de Proteção do Parque, como contributo para a sensibilização pública dos valores naturais presentes e para o cumprimento do regime de ordenamento e gestão mais eficaz do uso público. A implementação do modelo de cogestão do PNPG, como contributo para o reforço da articulação institucional e participação dos atores locais, que contribui, entre outros aspetos, para a otimização da gestão do Parque. O Plano de Valorização do PNPG, que integra um conjunto de projetos de várias entidades (Municípios, ICNF, ADERE-PG, ARDAL, IPVC) que são executados de forma articulada, contribuindo para a coesão de estratégias.	Outras áreas degradadas pela ação do homem (pontos de extração de inertes, assoreamento de turfeiras, entre outras). Pressão turística em determinadas épocas do ano e em zonas ecologicamente sensíveis, com impactos diversos na gestão do território e preservação dos recursos naturais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Situação estratégica da região da RBTGX, podendo funcionar como ponto neurálgico entre os núcleos urbanos de Ourense – Braga – Vigo - Porto. Certificação da gestão florestal. Aplicação das medidas agroambientais e silvo-ambientais e dos apoios financeiros associados.	Risco de incêndios florestais, agravado pela existência de uma área significativa de resinosas. Proliferação de áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras. Perturbação de habitats, nomeadamente pela pressão de herbivorismo e pisoteio em turfeiras, matos higrófilos e urzais.



Programas de ajudas e atuações de melhoria em matéria de reflorestação e restauração de zonas degradadas do meio natural. Elaboração do Plano de Gestão do SIC Peneda-Gerês e sua reclassificação como ZEC (Zona Especial de Conservação), no âmbito da Rede Natura 2000, que trará novas medidas ao nível da gestão e conservação dos valores naturais e sua compatibilização com os usos e atividades presentes. A recondução do Plano de Ordenamento do PNPG a Programa Especial, com as implicações ao nível da transposição de um conjunto de normas para os PDM pode contribuir para uma maior integração das políticas setoriais. Aprovação do Plano Diretor de Uso e Gestão do Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.	Fragmentação de habitats pela construção urbana. Limitação da capacidade de intervenção com projetos de expansão e restauração de habitats naturais motivada pela extensa área ocupada por habitats naturais que não são propriedade pública. Alterações climáticas, com particular preocupação para os riscos associados às ondas de calor e à ocorrência de incêndios, com forte impacto em territórios de uso florestal, agravando em geral a sua frequência e intensidade. Caça e pesca furtivas Introdução de espécies exóticas invasoras, tanto animais como vegetais
---	--

b) População e recursos humanos

De acordo com as estimativas mais recentes da população (dados de 2019), o território da RBTGX é habitado por cerca de sessenta e três mil habitantes (55.689 habitantes nos municípios portugueses e 7.446 habitantes nos concelhos da parte galega), distribuídos por 11 concelhos e mais de duas centenas de aglomerados populacionais.

Trata-se de uma população com fortes traços de envelhecimento, que tem decrescido consideravelmente na última década, fruto de fluxos migratórios negativos e de baixas taxas de natalidade.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

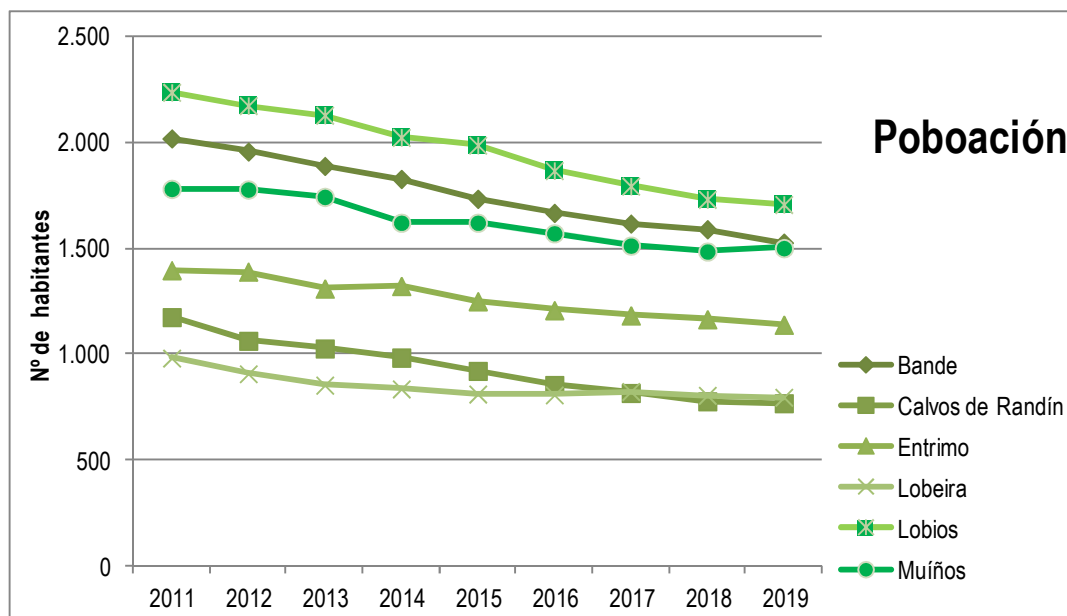


FIGURA 4. Evolución no número de habitantes por concelho do Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés entre os anos 2011 e 2019 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística).

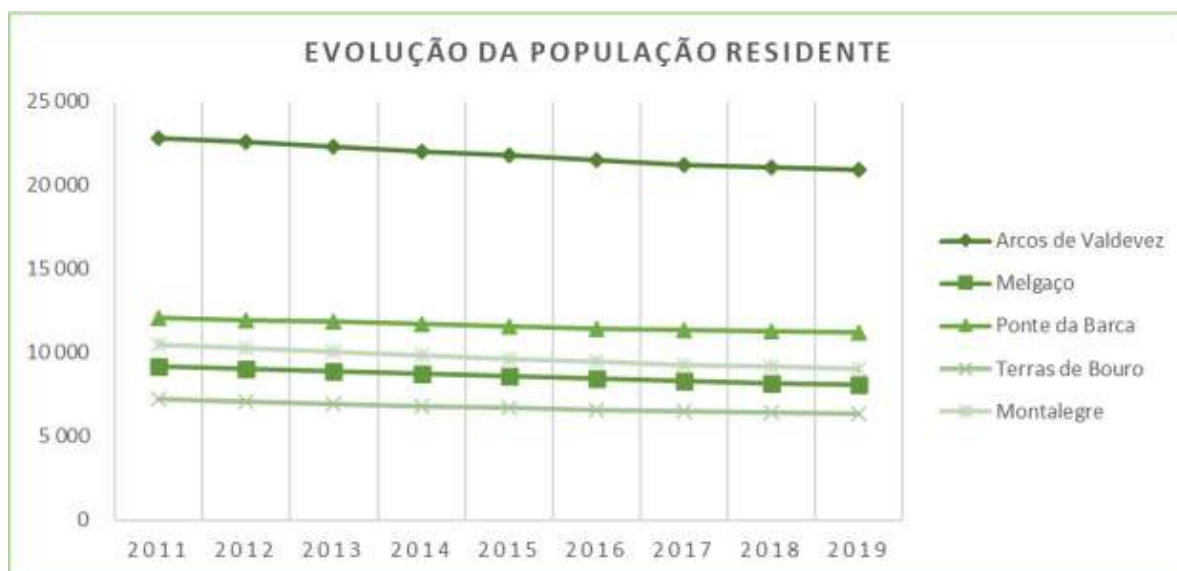


Figura 5: Evolución en el número de habitantes en los ayuntamientos dentro del Parque Nacional de Peneda-Gerês entre los años 2011 y 2020 (Fuente: PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo).



Esta população apresentava tradicionalmente graus elementares de escolaridade, marcados por um elevado insucesso escolar e por uma acentuada tendência para o abandono precoce, o que tem vindo a mudar progressivamente com o aumento da escolaridade obrigatória e a melhoria geral das condições de vida do território e dos dois países.

De uma população que se ocupava fundamentalmente da agricultura e da pecuária e que, ao longo dos anos foi vencendo o isolamento do meio hostil da serra através de uma atividade marcada por uma cultura comunitária de interajuda e de aproveitamento de todos os recursos naturais existentes, começa a passar-se para o desenvolvimento de alguma indústria (sobretudo de produção, abate, transformação (o “fumeiro”) e comercialização de produtos de carne de raças autóctones, de silvicultura e também de construção civil).

O setor dos serviços tem vindo também a desenvolver-se em áreas como o turismo, a hotelaria, a restauração e o comércio a retalho de bebidas, produtos alimentares e outros produtos. O Turismo de Natureza tem vindo a consolidar-se, com várias empresas locais de animação turística, alojamentos, restaurantes e outros serviços turísticos.

Em toda a região da Reserva, as sedes de concelho, onde se concentram os serviços públicos, os equipamentos sociais e grande parte do comércio, continuam a afirmar a sua centralidade face aos restantes núcleos populacionais, com características marcadamente rurais. Continua assim a verificar-se o êxodo da população mais jovem dos pequenos núcleos populacionais para as sedes de concelho, consideradas centros de serviços e de melhores oportunidades sociais, nomeadamente a nível do emprego. Os grandes centros urbanos próximos da região, nomeadamente Braga, Viana do Castelo, Ourense e Vigo, exercem também uma forte atração sobre a população jovem, quer para estudar, trabalhar ou viver. Embora em menor grau, mantém-se a saída de alguma população para o estrangeiro, especialmente a população jovem masculina, que procura no exterior melhores oportunidades e condições de vida.

Resultando de algum dinamismo verificado no sector dos serviços e comércio, particularmente a nível do turismo, algumas localidades fora das sedes de concelho (especialmente no interior das áreas classificadas como Parque) têm conseguido manter, e em alguns casos fazer retornar, alguns jovens que se fixam no território criando novas empresas e postos de trabalho. As potencialidades turísticas do território e as oportunidades ao desenvolvimento de atividades económicas que suportem a crescente procura turística da região têm também motivado o estabelecimento ou a procura por parte de empresas e recursos humanos de fora, um fenómeno que não pode ser descurado na análise do potencial humano desta região e da sua capacidade em aproveitar convenientemente as vantagens e oportunidades que lhes são colocadas.

Ainda que o nível de escolaridade da população local tenha vindo a subir, é ainda reduzido o nível de formação dos ativos (uma vez que a população mais qualificada opta



por fazer vida noutras regiões do país ou no estrangeiro) e sobretudo a sua preparação para os novos desafios do mercado de trabalho e capacidade para aproveitarem as oportunidades que existem nesta região. Mantém-se também uma certa inércia ao nível da cooperação e do associativismo entre os atores locais, continuando a prevalecer a atuação individual que naturalmente tem menores resultados no conjunto do território.

Não obstante, existe na região um número considerável de associações de desenvolvimento local, que atuam a vários níveis e com objetivos comuns de desenvolvimento, e que de alguma forma têm contribuído para o estabelecimento de linhas estratégicas de atuação no território, nomeadamente no que respeita à formação para a empregabilidade nas atividades emergentes, ao apoio às atividades económicas e valorização dos produtos locais, requalificação dos núcleos rurais e do património construído, valorização do património cultural, qualificação e promoção turística, entre outras. Estas associações e outras instituições locais, como são as autarquias, a ADERE-PG, as ADL's (em Portugal) e os dois Parques, são fundamentais na canalização de fundos europeus e na sua aplicação em iniciativas locais que possam contribuir para a dinamização do território e criação de condições que facilitem um melhor aproveitamento das potencialidades da região, tendo sempre em consideração o seu potencial humano.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

POPULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Forte aposta no trabalho de participação social e de integração interinstitucional, bem como no desenvolvimento de estratégias de atuação comuns. Melhoria da qualidade de vida da população nas últimas décadas. Alta identificação da população com o território, incluindo a população jovem. Existência de Associações de Desenvolvimento Local que contribuem ativamente na dinamização do território. Iniciativas locais de formação para a empregabilidade em atividades emergentes e estratégicas para o	Povoamento disperso. Envelhecimento da população. Alto nível de movimentos migratórios (emigração da população mais jovem), com consequências ao nível da taxa da população ativa e taxa de natalidade. Êxodo da população mais jovem e qualificada para as sedes de concelho ou outros centros urbanos próximos. Decréscimo populacional. Escassa oferta de empregos de qualidade. Emprego sazonal e precário nas zonas mais turísticas.



desenvolvimento do território (guias, turismo, artesanato, apicultura, gastronomia, etc.). Acesso a iniciativas comunitárias de desenvolvimento local e criação de emprego. Melhoria progressiva dos serviços sociais, cada vez mais orientados para a terceira idade (franja maioritária da população). Aparecimento de novas empresas e pequenos negócios, associados sobretudo à atividade turística. Situações de pluriatividade, com consequente aumento do rendimento familiar.	Falta de estratégias de associativismo entre os agentes locais, económicos e institucionais, prevalecendo em muitos casos as iniciativas individuais em detrimento de estratégias comuns e complementares. Baixo nível de formação entre a população local, nomeadamente a nível tecnológico, e falta de preparação para as exigências do mercado de trabalho e para o aproveitamento das oportunidades que se colocam à região. Dificuldade das empresas na captação de mão-de-obra qualificada (local e exterior). Dependência da população relativamente às sedes de concelho.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Imagem positiva do turismo na região, fazendo melhorar a confiança local sobre as próprias capacidades de desenvolvimento. Perceção do interesse por parte de diversos sectores no desenvolvimento do território. Existência de políticas ativas de emprego como forma de ajustar a oferta educativa ao mercado de trabalho. Boas perspetivas de desenvolvimento e qualificação para alguns sectores de atividade (turismo, serviços sociais). Existência de diversos nichos de mercado que podem dar lugar a novas iniciativas de negócios e criação de emprego.	Perceção por parte da população residente da existência dos Parques como um fator limitador quanto ao uso da propriedade e realização de determinadas atividades. Relativa desconfiança sobre o associativismo e cooperativismo. Forte dependência de subsídios. Êxodo de população jovem e qualificada. Falta de confiança da população idosa no desenvolvimento da área. Perda de serviços por baixa rentabilidade e/ou ausência de usuários. Ausência(Insuficiência) de infraestruturas e recursos públicos como creches, lares de idosos, assistência a doentes, etc.



Apoios ao investimento em setores de atividade estratégicos: turismo, setor social, agricultura, silvicultura, entre outros. Maior facilidade de acesso à formação profissional.	Pandemia Covid-19, pelo forte impacto que tem na vida das populações.
--	--

c) Quadro socioeconómico

A estrutura socioeconómica no território da RBTGX alterou-se significativamente nas últimas décadas. De uma população que se ocupava fundamentalmente da agricultura e da pecuária, assiste-se, gradualmente, e sobretudo a partir da década de 80, a uma alteração dessa importância, passando o sector primário a ser o sector com menor representatividade no conjunto da população empregada. A estrutura socioeconómica nos concelhos da RBTGX segue agora a tendência da terciarização, verificando-se também um fortalecimento do sector secundário, o que traduz a progressiva perda de importância da agricultura como atividade dominante e como principal fonte de rendimento e a sua transformação em atividade secundária.

Embora dominasse nas décadas passadas, a verdade é que o sector primário já não era capaz de, por si mesmo, gerar rendimentos que permitissem um razoável nível de vida. Tratava-se fundamentalmente de uma agricultura de produção familiar, que subsistia (e subsiste ainda) associada a outras fontes de rendimento, como as receitas institucionais (pensões de velhice e de invalidez) e as receitas do exterior que compunham o rendimento familiar. Mais recentemente, os subsídios surgem também como um importante complemento económico, sendo simultaneamente o suporte ou a garantia de continuidade de algumas atividades agropecuárias. Note-se, porém, que a perda de população empregada no sector primário traduz, em alguns casos, a sua transferência para uma indústria diretamente associada à produção animal: o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne, na qual se inclui o tradicional “fumeiro”.

A agropecuária, outrora atividade dominante, dá agora origem a uma pequena indústria local de produtos de qualidade, nalguns casos com recurso ao modo de produção biológico (produtos de carne de raças autóctones, diversos produtos agrícolas – como o milho, o centeio, a batata e vários produtos hortícolas – bem como vinho, mel e plantas aromáticas e medicinais, artesanato, etc.). A produção obtida não permite, em geral, a colocação de produtos competitivos nos mercados tradicionais, mas a sua qualidade pode ser explorada em mercados específicos que valorizam a qualidade em detrimento dos custos. Esta valorização dos produtos pode também aplicar-se às próprias atividades humanas desenvolvidas na zona, garantindo o desenvolvimento socioeconómico em harmonia com os objetivos de uma Reserva da Biosfera. Pode



também servir de base a outras áreas em expansão como o turismo de natureza, a hotelaria e a restauração local.

A silvicultura em moldes ambientais e preventivos pode também constituir uma importante fonte de rendimento para a área, nomeadamente através das atividades que os órgãos gestores dos terrenos Baldios ou Forais desenvolvem e para os quais o território recebeu importantes incentivos (Plano Zonal para o PNPG em 2005; Intervenções Territoriais Integradas para o Sítio Peneda-Gerês em 2007, no âmbito do PRODER; ITI Peneda-Gerês, no âmbito do PDR2020 (2015-2020 - Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental). Os objetivos passam por valorizar a atividade dos sectores agrícola e florestal, melhorar o ambiente, a gestão do espaço rural e a qualidade de vida, preservando ao mesmo tempo os recursos naturais utilizados.

O sector da indústria emprega uma parte importante da população ativa. A maioria desta mão-de-obra é absorvida pela construção civil e também por atividades diretamente associadas às atividades e produtos agrícolas, onde se inclui a transformação, produção e embalagem de produtos agroalimentares (vinho, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne, mel e compotas, entre outros).

O sector terciário foi ganhando importância, sendo hoje o principal empregador. A população empregada no sector terciário distribui-se por diferentes ramos de atividade, verificando-se em algumas localidades uma maior concentração em atividades relacionadas com o turismo, como a hotelaria, restauração, comércio a retalho de bebidas, produtos alimentares e outros produtos. Nas sedes de concelho os serviços públicos continuam a ser o maior empregador. Nos núcleos populacionais integrados no interior dos Parques os serviços públicos são ainda escassos, o comércio é pouco diversificado e a população empregada distribui-se por diferentes ramos de atividade, sendo ao nível das atividades que direta ou indiretamente se relacionam com o turismo que se verifica um maior dinamismo. Pela riqueza e diversidade do seu património natural e histórico-cultural, que ditou as suas diversas classificações internacionais, toda a Reserva da Biosfera apresenta uma grande variedade de pontos de interesse para o Turismo de Natureza (património natural, património histórico-cultural e edificado; etnografia; artesanato; produtos locais, etc.) em moldes sustentáveis. Este não só dinamizará a economia local, como servirá de exemplo para o desenvolvimento do turismo em toda a Região.

Pode concluir-se que a Reserva da Biosfera apresenta contextos e potencialidades interessantes para o desenvolvimento socioeconómico, que devem ser pensadas num modelo de desenvolvimento sustentável e de valorização do seu património natural e cultural. Como oportunidades de desenvolvimento destacam-se a utilização de técnicas agropecuárias e silvícolas sustentáveis, a valorização do património natural e histórico-cultural através de um turismo de natureza adequado, bem como medidas de apoio ao desenvolvimento local, assentes na valorização dos produtos locais, na certificação de qualidade e na recuperação do património, a valorização e dinamização das infraestruturas de receção e acolhimento de visitantes, bem como dos centros de informação e interpretação do território. Estas são medidas já em desenvolvimento e

que merecem ser continuadas, nomeadamente através da candidatura de projetos aos apoios financeiros da União Europeia, cujas diretrizes de ação apontam em favor de projetos integrados que favoreçam o desenvolvimento socioeconómico das zonas mais desfavorecidas, mediante o aproveitamento adequado dos recursos endógenos e tendo presente a proteção do meio ambiente e dos valores naturais e culturais.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

QUADRO SOCIOECONÓMICO	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Tradição agrícola da região. Crescimento progressivo e desenvolvimento qualitativo do sector do turismo. Aparecimento de novas empresas e pequenos negócios, associados sobretudo à atividade turística, gastronomia, vinhos e outros produtos locais. Existência de um vasto leque de produtos agroalimentares locais e raças autóctones com potencial de certificação e comercialização; existência de produtos já certificados. Condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura em moldes biológicos. Situações de pluriatividade (atividade económica principal complementada com outra atividade secundária, muitas vezes ligada ao turismo), com consequente aumento do rendimento familiar. Alguns dinamismo ao nível da pequena indústria associada diretamente à atividade e produtos agrícolas, nalguns casos com recurso ao modo de produção biológico (produtos de carne de raças	Baixo nível de rendimentos da população. Escasso espírito empreendedor e grande dependência das iniciativas públicas e dos subsídios. Dificuldades, de várias ordens, para atrair novos investimentos (pequena indústria, por exemplo). Atividade económica muito concentrada nas sedes de concelho. Dinâmica económica muito dependente da sazonalidade turística. Sector primário: Perda progressiva da importância das atividades agrícolas. Forte dependência de subsídios. Características do terreno pouco adequadas para o desenvolvimento da agricultura. Envelhecimento da população dedicada à agricultura.



autóctones, diversos produtos agrícolas – como o milho, o centeio, a batata e vários produtos hortícolas – bem como vinho, mel e plantas aromáticas e medicinais, artesanato, etc.). Existência de estratégias de desenvolvimento integrado, comum a todo o território (Reserva da Biosfera), facilitando deste modo o acesso aos fundos comunitários. Valorização crescente dos produtos tradicionais locais. Emergência de algumas iniciativas locais para estabelecer canais de comercialização, do produtor ao consumidor (cadeias curtas de comercialização). Implantação progressiva do autoemprego e do teletrabalho	Baixo nível de inovação tecnológica, destacando a falta de modernização dos sistemas de regadio e de cultivo. Fragilidade (insuficientes e pouco dinâmicos) dos canais de comercialização. Sector secundário: Descoordenação com o sector agrícola, desaproveitando-se recursos potenciais (transformação de produtos agroalimentares). Escassa implementação de empresas transformadoras. Tecido produtivo pouco diversificado. Sector terciário: Concentração de serviços, especialmente de serviços públicos, nas sedes de concelho. Escassa capacitação por parte dos empresários e profissionais do sector. Forte presença de negócios familiares, com modos obsoletos de gestão. Escassa formação em técnicas de venda, comercialização e atendimento. Comércio pouco diversificado e muito concentrado. Forte sazonalidade da procura turística. Funcionamento sazonal de muitos estabelecimentos comerciais, sobretudo restaurantes. Falta de comércio local (abastecimento de primeira necessidade) em várias aldeias do território, dificultando a sua atratividade turística.
--	---



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Boas perspectivas de desenvolvimento para alguns sectores de atividade, especialmente do turismo e das atividades que se relacionam com este. Existência de diversos nichos de mercado que podem dar lugar a novas iniciativas de negócios e criação de emprego. Potencial da utilização de técnicas agropecuárias sustentáveis, com boas oportunidades para a criação de produtos certificados. Potencial da utilização de técnicas silvícolas sustentáveis, com boas oportunidades para a certificação da gestão florestal e valorização dos produtos florestais. Potencial da valorização do património natural e cultural, favorável ao desenvolvimento do turismo de natureza. Aproveitamento das ajudas estatais e europeias. Fundos Nacionais e Europeus para apoio à recuperação económica (PRR- Programa de Recuperação e Resiliência). Fundos da União Europeia para 2021-2027, para apoio ao investimento nos setores estratégicos de desenvolvimento e coesão territorial.	Escasso associativismo e cooperativismo, prejudicando o potencial de alguns sectores, nomeadamente das atividades agrícolas, da transformação dos produtos agroalimentares e sua comercialização. Falta de estratégias dinâmicas de comunicação e relacionamento entre os diferentes sectores de atividade, à escala concelhia e da região da Reserva. Risco da redução dos subsídios à agricultura e outros apoios financeiros europeus. Falta de confiança entre a população mais idosa no desenvolvimento da zona e êxodo da população mais jovem. Pandemia Covid-19, pelo forte impacto que tem na vida das populações e nas atividades económicas, em especial no setor do turismo, ameaçando quebrar o dinamismo económico do território, muito dependente do turismo.

d) Infraestruturas, urbanismo e património cultural

Nos últimos anos, verificou-se uma melhoria significativa das infraestruturas urbanas e rede de equipamentos sociais que contribuíram para uma melhoria da qualidade de vida das populações. Essa evolução verificou-se sobretudo a nível das infraestruturas



básicas, como o abastecimento de água e energia e rede de saneamento, da rede viária e transportes públicos, com a melhoria significativa da acessibilidade, da rede de assistência à saúde e equipamentos de assistência social e também a nível dos equipamentos de lazer, desporto e cultura.

Uma nota particular sobre a melhoria da rede viária para destacar que o desenvolvimento verificado nos últimos anos (aumento do número de vias e melhoria de vias existentes), se por um lado veio melhorar as acessibilidades para a população residente, veio, por outro lado, facilitar igualmente o acesso aos muitos visitantes que procuram a região. Este desenvolvimento, que é o mesmo que dizer aumento do trânsito automóvel, não foi devidamente acompanhado de medidas de gestão de tráfego e gestão de visitantes, incluindo nomeadamente atuações ao nível da criação de bolsas de estacionamento, da implementação de um sistema de sinalização (direcional e informativa) adequado e estratégico para a gestão dos fluxos e do incentivo de transportes alternativos e/ou coletivos, resultando daqui situações de perturbação tais como: estacionamento desordenado, congestionamento de algumas vias durante o período estival e o trânsito de visitantes em vias secundárias construídas para serventia aos terrenos baldios ou agrícolas. Muito recentemente, foram feitos investimentos importantes numa zona particularmente crítica ao nível da gestão do trânsito de visitantes – Mata de Albergaria – com a beneficiação da rede viária e a criação de bolsas de estacionamento, o que permitirá melhorar significativamente a gestão do uso público e diminuir os impactos diretos na conservação da natureza e da biodiversidade.

No que concerne à análise das infraestruturas existentes, quer em termos quantitativos, como qualitativos e tipológicos, é importante ter em conta, para além da população residente, a população considerada “flutuante”, isto é, os emigrantes que todos os anos retornam temporariamente às suas terras, normalmente por períodos não superiores a um mês e habitualmente no Verão, bem como alguns milhares de turistas que visitam a região também por períodos curtos e maioritariamente concentrados na época estival. De facto, verifica-se que esta “população flutuante” tem sido determinante na decisão de alguns investimentos importantes, públicos e privados, em infraestruturas e equipamentos, nomeadamente ao nível dos grandes empreendimentos turísticos, de novas zonas comerciais e de complexos habitacionais, que fazem por sua vez dinamizar outras pequenas infraestruturas e projetos.

No que respeita à qualidade urbanística e à evolução do solo urbano, destacam-se os seguintes aspetos principais:

Contrariando o que historicamente acontecia, em que o uso urbano assentava, por excelência, em áreas com solos pobres ou de afloramentos rochosos e as áreas produtivas (solos mais ricos) eram utilizadas para fins afetos às atividades agro-silvo-pastoris, hoje verifica-se, por diversas causas conhecidas, que o espaço urbano tende a ocupar as antigas áreas agrícolas. Perdem-se assim as referências e os modelos tradicionais de ocupação do território.

De uma maneira geral, a análise da evolução do solo urbano traduz o abandono dos núcleos históricos em prol da nova construção, verificando-se uma deslocação da população para áreas mais amplas e próximas de vias de comunicação favoráveis, onde



se permite a construção de edifícios com maiores dimensões, tanto ao nível volumétrico como de implantação e mesmo do tipo de linguagem adotada. Assim, os núcleos históricos estão a perder-se como espaços vivos, ficando degradados e devolutos e não oferecendo as condições de habitabilidade atualmente pretendidas pela população, tanto ao nível do espaço casa como dos espaços públicos.

Mais recentemente, começam-se a sentir alterações de comportamento com a recuperação de algumas construções no interior dos núcleos históricos dos aglomerados, incentivados pelos programas de financiamento, tanto ao nível do desenvolvimento local como dos relacionados com o turismo em espaço rural. Nesta perspetiva a reconstrução de edifícios em espaços rústicos começam a ter uma grande presença no território, com usos essencialmente ligados à habitação e turismo, valorizando muito os aglomerados rurais e beneficiando-os do ponto de vista da sua atração turística.

Verifica-se também, um pouco por todas as freguesias da região, situações de segunda habitação, que pode ser encarada como uma oportunidade para a renovação urbana dos aglomerados. A segunda habitação surge por iniciativa dos naturais que, vivendo fora do seu território de origem, mantêm uma forte relação com a terra e a família, bem como por parte de cidadãos, normalmente dos grandes centros urbanos, que procuram neste espaço a tranquilidade e o ambiente que as cidades não oferecem. Deve então apoiar-se este tipo de iniciativa, de forma atenta e procurando um adequado enquadramento para daqui não resultarem situações de construções avulsas e desordenadas. É neste sentido importante dotar os espaços de uso urbano com as mais-valias necessárias à fixação da população residente e que sirvam simultaneamente como focos de atração para a vinda de novos habitantes (primeira ou segunda habitação) e para a visita. A qualificação do espaço urbano, em domínios tão diversos como o tratamento dos espaços públicos, a criação de áreas de estacionamento, o ordenamento do trânsito automóvel, a definição da forma urbana, a implantação de alguns equipamentos de reduzidas dimensões (escolares, apoio à população e visitantes, entre outros), pode permitir potenciar os aglomerados rurais como polos dinâmicos e atrativos, para viver, trabalhar e para o recreio.

Em determinados lugares identifica-se um crescimento urbanístico desordenado e a construção ao longo dos eixos de circulação devido a vários contextos, dos quais se pode destacar a grande pressão turística e a alteração da unidade territorial (relação entre o aglomerado urbano e as áreas produtivas). A pressão turística é sem dúvida uma causa importante de algum “mau urbanismo”, verificando-se casos de construção de grandes infraestruturas e equipamentos turísticos mal enquadrados e com reflexos negativos na paisagem, nas características arquitetónicas dos aglomerados, mas também ao nível da pressão humana em determinadas áreas e nas suas infraestruturas. Nestes casos (pressão turística), a ideia apresentada anteriormente sobre a vantagem da qualificação do espaço urbano pode atenuar o problema da pressão urbanística e humana nas zonas críticas pela existência de novos polos de atração (aglomerados requalificados).



A qualificação do espaço urbano nos aglomerados da Reserva passa também muito pela requalificação e valorização do património histórico construído, classificado ou não. Nos últimos anos tem sido feito um grande esforço para a recuperação do património construído, ao qual corresponde um investimento muito significativo, maioritariamente público, mas também de projetos de iniciativa privada. Para além da recuperação, as iniciativas de carácter público têm procurado integrar, divulgar e dar uma função ao património, tendo como beneficiários diretos as populações residentes e também os visitantes. Os investimentos que têm vindo a ser realizados estão, na sua grande maioria, enquadrados por projetos comunitários e têm permitido recuperar, gradualmente, muitos aglomerados rurais, contribuindo para aumentar a qualidade de vida da população residente e potenciar o nível de atratividade do local, com benefícios ao nível das suas potencialidades turísticas e, logo, das suas oportunidades de dinamização socioeconómica. No entanto deteta-se um certo abandono das tipologias de construção tradicional destinada a primeira habitação, bem como a utilização de materiais menos adequados. O que pode acarretar a perda irreversível de valor patrimonial ou reduzir o efeito dos investimentos realizados na recuperação dos núcleos populacionais.

Parte do património arquitetónico existente apresenta também valor etnográfico, pois apresenta elementos associados a práticas agrícolas, religiosas e outras. Alguns destes elementos ainda estão em uso, noutros casos a sua recuperação permitiu novamente a sua utilização, mantendo o uso tradicional ou numa nova função.

Para além do património arquitetónico, a Reserva da Biosfera é também muito rica a nível do património arqueológico. Têm vindo a ser dinamizados alguns projetos com vista à conservação e valorização dos monumentos e vestígios arqueológicos, quer por via da sua classificação, quer através da sua interpretação, musealização e divulgação pública. Estes projetos têm sido muito importantes para potenciar novas atividades de visitação, relacionadas com o interesse cultural da região.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

INFRAESTRUTURAS, URBANISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Melhoria progressiva das infraestruturas básicas e dos equipamentos sociais e de saúde.	Concentração das infraestruturas (sociais, escolares, saúde, etc.) nas sedes de concelho, criando relativa dependência dos restantes aglomerados.
Melhoria progressiva da rede viária.	Baixa frequência de transportes públicos desde as sedes de concelho até às aldeias e entre os diferentes municípios.
Grande riqueza do património arquitetónico e arqueológico, com vários elementos classificados.	



Bom estado de conservação do património. Classificação da paisagem cultural de Sistelo (Portugal) Elevada prioridade por parte da população e das instituições locais para a valorização do património. Iniciativas locais (projetos públicos) de conservação e valorização de elementos do património arqueológico, incluindo os museus e os ecomuseus. Grande número de iniciativas de requalificação do património arquitetónico tradicional e de núcleos urbanos. Aleias classificadas como “Aldeias de Portugal”. Aumento dos casos de segunda habitação, com reflexo na requalificação dos núcleos urbanos e edifícios devolutos. Existência de novas infraestruturas de turismo de natureza, vocacionadas para a descoberta do território, salientando-se a Grande Rota transfronteiriça Gerês-Xurê (300 km). Recetividade e interesse geral da população local para a reconstrução ou requalificação das suas habitações, mantendo a traça tradicional, constituindo uma mais-valia para a valorização dos aglomerados e do seu potencial turístico.	Situações de abandono de núcleos históricos em prol da construção nova. Tendência de alargamento dos perímetros urbanos causada pela progressiva ocupação do solo urbano. Crescimento urbano desordenado em determinadas zonas (identificadas) Dificuldade de acessibilidade (fracas vias de comunicação) a determinadas zonas mais recônditas e fraca conectividade interna. Telecomunicações deficientes em determinadas zonas (telefone móvel e Internet). Ausência de um padrão (caderno de orientações) a seguir para a reconstrução de edifícios, com consequências na descaracterização dos aglomerados e falta de critério estético. Escassa oferta de infraestruturas e de serviços básicos para explorar turisticamente determinadas zonas da Reserva da Biosfera.
---	---



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Estratégias locais e regionais de valorização e divulgação pública do património cultural, incentivando a sua preservação.	Dificuldades na obtenção de fundos para a reconstrução e requalificação do património construído, pelos requisitos exigidos.
Aproveitamento das políticas de reabilitação do património edificado.	Relativo abandono das tipologias de construção tradicional, ou de determinados materiais, podendo resultar na perda irreversível de valor patrimonial.
Harmonização dos diferentes instrumentos de gestão e ordenamento do território.	Falta de recursos económicos para afetar à investigação, valorização e recuperação do património.

e) Turismo

A região da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés possui um grande valor ecológico, ambiental e cultural e é, por isso, detentora de um grande potencial turístico. O turismo é nesta região uma atividade importante e cada vez mais valorizada no contexto socioeconómico local face à perda de importância de outras atividades económicas, nomeadamente da agricultura e pastorícia, encontrando-se relativamente desenvolvida em determinadas zonas.

Reconhece-se que o turismo tem vindo, direta e indiretamente, a contribuir para o desenvolvimento económico local e melhoria das condições de vida da população residente.

O desenvolvimento do turismo na região tem permitido o aparecimento e a dinamização de outras atividades e serviços, beneficiando a população local através da criação de novos empregos e oportunidades económicas. São disso exemplo a importância da construção civil e a expressão do comércio em algumas localidades da região.

Outra vantagem importante para a economia e população local tem-se verificado ao nível da dinamização da produção e comercialização de produtos locais, nomeadamente os agroalimentares. São produzidos na região vários produtos agroalimentares (mel, compotas, chás, fumeiro, vinho, carne bovina e caprina de raças autóctones, broa, doces tradicionais), alguns dos quais certificados.

Para o desenvolvimento do turismo tem sido importante, para além da iniciativa privada, o papel das instituições, principalmente as autarquias, os Parques e as Associações de Desenvolvimento Local. A dinamização verificada não teria sido também possível sem as oportunidades de investimento proporcionadas pelos programas comunitários. A região tem beneficiado de vários projetos candidatados aos programas comunitários,



promovidos pelas principais instituições locais, vocacionados para a valorização e conservação do ambiente e do património cultural, para a melhoria das condições (infraestruturas, serviços e recursos humanos) de visitação do território, para o desenvolvimento sustentável de atividades económicas que têm por base o aproveitamento dos recursos endógenos, entre outras diretrizes de a o.

Fruto da sua mais antiga tradi o turística (séc. XVIII) e da sua classifica o como  rea Protegida em 1971, a zona portuguesa, circunscrita pelos municípios que integram o Parque Nacional da Peneda-Gerês, encontra-se turisticamente mais desenvolvida do que a parte galega. Os dois territórios nacionais têm, contudo, uma longa tradi o termal, com termas e balneários consolidados e em fase de crescimento. O turismo termal   uma das imagens turísticas da região, que tem conhecido um dinamismo interessante, não só pelo facto dos balneários existentes terem sido recentemente renovados e reconvertidos, mas também pela perspetiva de novos investimentos que permitiram a reabertura de uma antiga estância termal (Termas do Peso, no concelho de Melgaço).

Em resultado das condi es naturais e culturais existentes, o turismo associado   natureza e ao meio rural   o segmento mais expressivo em toda a Reserva da Biosfera, e tem sido motor do desenvolvimento do sector hoteleiro, das atividades de anima o turística, dos serviços de restaura o e do pequeno comércio (artesanato e produtos locais, caf s, etc.).

De uma maneira geral, a atividade turística na região da RBTGX   fortemente sazonal e com algumas assimetrias territoriais ao nível da oferta de infraestruturas e serviços turísticos. Determinadas zonas e aglomerados registam uma maior dinâmica turística, em virtude da sua localiza o privilegiada, nomeadamente junto das principais vias de acesso, e das suas condi es de base favoráveis   atra o de visitantes, embora a tendência seja de atenua o dessas diferenças.

A forte sazonalidade da procura turística pode ter consequências negativas no território, podendo mesmo condicionar o desenvolvimento sustentável e qualificado do turismo na região. De facto, muitos dos benefícios econ micos e sociais que a atividade turística induz na região acabam por seguir também a tendência da sazonalidade.   disto exemplo a cria o de postos de trabalho nos meses de Verão, o que não beneficia a qualifica o da mão-de-obra empregue no sector e a estabilidade económico-social das famílias. Por outro lado, tem-se verificado que muitos estabelecimentos turísticos, em particular os restaurantes, optam por encerrar nos meses de Inverno, prejudicando a oferta turística global. Para tentar contrariar a sazonalidade têm vindo a ser criados alguns programas e atividades de anima o em épocas de menor procura turística, que devem continuar a ser incentivados.

No que respeita   procura turística (número de visitantes) verifica-se também uma desigualdade na distribui o do fluxo de visitantes na região, sendo maior a procura na parte portuguesa, em particular na zona do Parque Nacional inserida no concelho de Terras de Bouro (Gerês). Não obstante, os dados dos últimos anos revelam um maior equilíbrio na distribui o do fluxo de visitantes, situa o para a qual têm contribuido as Portas do PNPG (com diferentes dinâmicas de atratividade turística no respetivo



território), a dinamização e divulgação de novos espaços de atratividade dispersos pelo território da reserva e a instalação de novas unidades de alojamento e infraestruturas turísticas fora dos principais centros de procura.

Apesar do elevado número de visitantes, o problema da massificação turística ainda não se coloca nesta região. Não obstante, considera-se que determinadas zonas sofrem de alguma pressão turística durante a época de Verão, que carecem de adequadas medidas de gestão. É o caso, por exemplo, do eixo Portela do Homem – Caniçada, englobando todo o vale do Gerês, que continua a evidenciar fortes constrangimentos decorrentes do excesso de visitantes no período estivas. Refere-se ainda a problemática das atividades de lazer nas zonas das lagoas (rio Homem, Arado, Conho, Fafião, Ribeira de Cabril, entre outros), que se tem agravado ao longo do tempo, com cada vez mais visitantes a afluírem a estes espaços, muitos deles de difícil acesso, onde se têm verificado graves acidentes e perdas humanas. Atualmente estão a decorrer alguns projetos públicos, e outros a serem programados, para procurar controlar e melhorar a gestão da visitação nestes locais.

Embora importante para a economia local, o aumento do número de visitantes não deverá ser um objetivo primário para a região da Reserva, considerando-se que é mais importante conseguir um maior equilíbrio na distribuição temporal e espacial dos visitantes ao longo do ano e um alargamento do período médio de estada dos turistas. Esta é também a situação mais conveniente em termos da capacidade de carga da região. Desta forma, o território tem procurado investir em projetos de valorização turística que contribuam para a diminuição da sazonalidade e dispersão dos fluxos. Salienta-se, como um bom exemplo, a criação da Grande Rota Transfronteiriça Gerês-Xurés, uma rota pedestre de 300 km que percorre de forma circular toda a Reserva, divulgando os seus recursos naturais, culturais e paisagísticos e fomentando a passagem nas aldeias, onde existem os serviços de apoio ao visitante e onde novos negócios podem ser dinamizados (criação de oportunidades).

Em termos de caracterização dos principais sectores da atividade turística e serviços de visitação (alojamento, restauração e gastronomia, atividades de animação turística, serviços de informação, etc.), destacam-se os seguintes aspetos:

- No que respeita ao alojamento turístico no território da RBTGX, verifica-se, nos últimos anos, uma evolução significativa em termos quantitativos e qualitativos e também uma maior diversificação de tipologias de empreendimentos. No entanto, reconhece-se que o potencial turístico de várias zonas não tem sido devidamente aproveitado pela falta de infraestruturas de alojamento. Existe, no entanto, a expectativa de que a Grande Rota Transfronteiriça Gerês-Xurés possa desencadear a criação de novos serviços de apoio aos utilizadores da rota, principalmente ao nível do alojamento em locais que não estão servidos, bem como ao nível da oferta de produtos alimentares.

As tipologias de alojamento mais importantes na região são os empreendimentos de turismo rural, os empreendimentos hoteleiros (hotéis, pensões, estalagens, apartamentos turísticos, etc.) os parques de campismo e o alojamento local. De um modo geral, as unidades de alojamento existentes são de grande qualidade. Tem também sido desenvolvido um esforço no sentido da certificação da qualidade dos



alojamentos e outros serviços turísticos, nomeadamente, e no caso português, através do reconhecimento dos empreendimentos turísticos como “Turismo de Natureza” (que obedece a normas decretadas em diploma legal), e no caso galego, através da marca “Q de calidad turística”.

O crescimento e a requalificação das unidades de alojamento foram em parte proporcionados pelas oportunidades de investimento surgidas no âmbito do último Quadro Comunitário de Apoio, com linhas de financiamento específicas para este tipo de iniciativas.

A promoção do alojamento na parte portuguesa é sobretudo efetuada pela Central de Reservas de alojamento da ADERE-PG (www.adere-pg.pt) que tem permitido a promoção conjunta da oferta de alojamento. Têm surgido também outras plataformas de promoção e venda de alojamento e outros serviços turísticos, da iniciativa de empresas locais, demonstrando uma maior maturidade e cooperação empresarial.

- No que toca aos estabelecimentos de restauração, a oferta na região varia entre os restaurantes que oferecem uma gastronomia típica e baseada nos produtos agroalimentares locais (em menor número) até aos estabelecimentos que servem uma ementa considerada mais internacional. Nos últimos anos, fruto de alterações na legislação do sector, com requisitos cada vez mais apertados (HACCP), tem-se verificado uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e uma preocupação cada vez maior no que toca à oferta de pratos gastronómicos característicos da região e que valorizem as raças autóctones.

- Relativamente às atividades de animação turística, em particular às de turismo de natureza, a RBTGX apresenta grandes potencialidades e uma oferta significativa, sobretudo do lado português, de atividades e serviços. A existência de dois Parques e as características físico-geográficas e ambientais atraem à região, todos os anos, milhares de praticantes de desportos de montanha e atividades de natureza, que têm proporcionado o crescimento do número de empresas do sector no território e também a vinda de empresas sedeadas externamente. O pedestrianismo, os percursos interpretativos, a orientação, os passeios a cavalo e de bicicleta, a escalada, o *canyoning*, a canoagem e o *paddle* são algumas das principais modalidades promovidas na região por pequenas empresas de animação turística (algumas estão sedeadas localmente e outras são externas ao território).

A maior parte das atividades no Parque realizam-se em contacto direto com a natureza, recorrendo à rede de trilhos e caminhos existentes e sítios naturais. Atualmente a Reserva conta com uma rota pedestre transfronteiriça, com cerca de 300 km, que irá certamente beneficiar o território, quer para os visitantes, quer para as populações e empresas turísticas, quer do ponto de vista da gestão dos visitantes. Existem também alguns equipamentos importantes que têm permitido o desenvolvimento de modalidades mais técnicas: centros hípicas, marina para desportos náuticos, campos de arvorismo, ancoradouros, vias de *canyoning*, vias de escalada, entre outros.

Verifica-se, contudo, a necessidade de ordenar e criar melhores condições para a prática sustentável deste tipo de atividades, que devem passar, nomeadamente, pela



avaliação e implementação de equipamentos adequados, pela sinalização desses equipamentos e locais de prática, não descurando também a criação de instrumentos de ordenamento e de regulamentação.

Em ambos os países da RBTGX existe um enquadramento legal para o exercício de atividades de animação turística no território nacional e requisitos específicos para as atividades que ocorrem em áreas classificadas, permitindo um maior controlo das atividades e certificação dos serviços.

- Os serviços de informação ao visitante encontram-se sobretudo a cargo das instituições públicas (Parques e autarquias), nomeadamente através dos postos de informação turística, das Portas do PNPG e outros centros de receção de visitantes. As Portas do PNPG e os centros de receção de visitantes desenvolvem ainda atividades de educação e de interpretação ambiental, para o público escolar e outros grupos específicos. Referem-se ainda os serviços ligados à promoção da cultura local, como os museus e núcleos museológicos. São importantes estruturas de visita e que muito têm contribuído para a recuperação e divulgação do património histórico-cultural local, com resultados muito positivos ao nível da valorização e atração turística da região. Tem havido um grande esforço por parte das instituições locais na recuperação, proteção e divulgação do património cultural, facto que tem contribuído para a criação de novos espaços de visita e cultura.

No entanto, o desenvolvimento turístico coloca à região da RBTGX, ou pode colocar, alguns constrangimentos e pressões de várias ordens, relacionados sobretudo com o aumento do número de visitantes, com o crescimento e diversidade das atividades recreativas e turísticas que se desenvolvem no território, com o alargamento significativos dos promotores de atividades e serviços turísticos e, como consequência de todos estes fatores, com o incremento ao nível da construção e/ou ampliação de infraestruturas e equipamentos relacionados com o turismo. De entre os principais problemas relacionados com a pressão ou impactes negativos do turismo no território podem apontar-se: a construção de grandes infraestruturas e equipamentos turísticos de forma desordenada e desenquadrada, resultando daí perturbações ecológicas e alterações significativas na paisagem e nas características arquitetónicas dos aglomerados, bem como crescimento desordenado; congestionamento rodoviário e estacionamento desordenado em determinados períodos do ano; deposição de lixo, sobretudo em locais de grande afluência de visitantes; campismo clandestino, sobretudo associado aos trilhos de travessia; prática de atividades turísticas e recreativas não ajustadas às características do meio e dos recursos presentes, bem como às épocas do ano; utilização aleatória e indiscriminada do espaço para a prática de atividades turísticas e recreativas; sobrecarga física (número de visitantes) em determinadas áreas não estruturadas do ponto de vista da visita, agravado pela coexistência de diversas práticas recreativas e desportivas; incompatibilidades de usos em determinados locais pela coexistência de práticas recreativas e desportivas antagónicas (por exemplo, trilhos implementados para a atividade pedestre e utilizados também para passeios de bicicleta, cavalo; registam-se inclusivamente situações de atividades motorizadas, moto 4, em trilhos pedestres); crescimento muito significativo do número de entidades que



promovem, com fins económicos ou não, atividades turísticas e de animação ambiental; atividades turísticas clandestinas.

Em jeito de conclusão, o desenvolvimento do turismo na RBTGX é uma realidade e um objetivo contínuo e deve continuar a perspetivar-se na medida em que representa uma forte oportunidade para o desenvolvimento local. Dessas oportunidades devem fazer parte: o aparecimento de novas atividades e empresas que contribuam para a fixação das pessoas e para a criação de novos empregos, de situações de pluriatividade e para o aumento do rendimento das famílias; a dinamização de atividades e criação de infraestruturas que contribuam para a diminuição da sazonalidade e para a dispersão equilibrada do fluxo de visitantes; a dinamização das atividades económicas tradicionais e da pequena indústria, nomeadamente as atividades ligadas à agricultura e pastorícia, pela necessidade de abastecimento de produtos alimentares aos restaurantes e comércio local; a valorização do património construído e da cultura local e a sua integração em programas de interpretação e visitação culturais; a revitalização do pequeno comércio e o artesanato; o desenvolvimento de novos serviços (de informação e comunicação, de transporte, etc.) e criação de infraestruturas; a recuperação do sentido da coletividade e do interesse pela conservação da natureza e proteção dos valores naturais e culturais.

O turismo perspetiva-se assim como uma oportunidade importante para o desenvolvimento sustentável do território, em harmonia com os princípios fundamentais da conservação da natureza e da biodiversidade. Neste sentido, aposta-se numa estratégia comum aos dois territórios nacionais que integram a Reserva, a qual pode ser considerada uma importante oportunidade para a consolidação de um modelo adequado e participado de desenvolvimento turístico. Um dos seus objetivos reside no reforço de estratégias de gestão e de desenvolvimento para o turismo, permitindo que os vários interesses – administração, população, atividades económicas e visitantes – encontrem soluções e compromissos comuns.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

TURISMO	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Existência de duas áreas protegidas: PNPG e PNBLSX, que conjuntamente formam o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés.	Deficiente promoção e divulgação da zona e dos seus principais produtos turísticos.
Declaração da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.	Debilidades em termos de posicionamento e comunicação.
	Debilidades na organização e estruturação dos produtos turísticos.



Grande Rota Transfronteiriça Gerês-Xurés (rota pedestre com 300 km, que atravessa a reserva de forma circular). Grande valor ecológico, ambiental e cultural e paisagístico com forte potencial turístico. Existência de marcas e sistemas de certificação da qualidade turística e de reconhecimento de sustentabilidade (Turismo de Natureza, Natural.PT, Q de Calidad Turística). Existência de um número alargado de centros de informação e interpretação do território (Portas e outros centros de informação e educação ambiental). Papel dinamizador de vários projetos europeus e nacionais executados e em curso. Papel das instituições públicas locais (autarquias e Parques) e das Associações de Desenvolvimento Local. Existência da Central de Reservas da ADERE-PG para o território do PNPG. Tradição turística da zona, pela existência de estâncias termais de longa atividade. Progressiva consolidação e reconhecimento do Parque Nacional da Peneda-Gerês bem como do Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés como destino de turismo de natureza. Ações e planos conjuntos de promoção turística, aproveitando as sinergias dos dois Parques dos seus municípios. Evolução significativa na oferta de alojamentos turísticos (quantitativa, qualitativa e em termos tipológicos).	Desconhecimento do PNBLSX pelo turista potencial. Forte sazonalidade da procura turística. Desigualdade na distribuição do fluxo de visitantes. Assimetrias territoriais ao nível da oferta de infraestruturas e serviços turísticos (falta de alojamento, infraestruturas turísticas e atividades de lazer em determinadas zonas). Escasso número de restaurantes com gastronomia típica, baseada nos produtos agroalimentares da região. Escassa oferta de eventos atrativos (turístico-desportivos e turístico-culturais). Dificuldades várias ao nível da cooperação permanente dos agentes económicos do setor, dificultando a organização, estruturação e consolidação de produtos turísticos integrados. Ocorrência de atividades de lazer e desportivas sem o devido enquadramento e organização. Problemas relacionados com a pressão turística: lixo, construção excessiva e desordenada, congestionamento rodoviário de algumas vias, atividades ilegais, entre outros. Falta de pessoal qualificado em determinados serviços e atividades turísticas. Debilidades no sistema de sinalização turística no território.
--	---



Oferta crescente de empresas que oferecem atividades de turismo de natureza. Evolução da oferta de equipamentos de lazer e infraestruturas de visitação (trilhos, ecovias, etc.) que proporcionam a visita em modo pedestre ou ciclável. Progressiva melhoria da sinalização do território, sobretudo na zona coincidente com os Parques, incluindo sinalização turística, sinalização das zonas de proteção dos Parques, etc.). Sinalização das principais entradas na RBTGX. Crescimento da oferta de equipamentos culturais (museus e ecomuseus), favorecendo o turismo de índole cultural. Existência de produtos agroalimentares locais certificados. Maior articulação e cooperação entre os atores que intervêm no setor (públicos e privados). Nível de captação de apoios ao investimento público para execução de projetos de desenvolvimento e promoção do turismo.	Dificuldade das empresas turísticas locais recrutarem mão-de-obra (local ou externa) qualificada. Serviços turísticos encerrados fora da época alta (sobretudo restaurantes).
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
As novas tendências mundiais do turismo apontam para o crescimento da procura turística em espaços conotados com a natureza, biodiversidade, tranquilidade, saúde e segurança, sendo que as Reservas da Biosfera são neste contexto territórios de afirmação, com novas oportunidades para consolidar o setor do Turismo de Natureza.	Possibilidade de diminuição dos fundos europeus destinados à valorização de produtos e destinos turísticos. Destruição e perda de valor do património natural e cultural, em situações específicas. Dificuldades na implementação do Plano de Ação da Reserva da Biosfera, com consequências graves em termos de



Crescente valorização dos recursos endógenos (paisagísticos, culturais, naturais, gastronómicos), que aumenta o potencial turístico da zona. Carácter impulsionador do sector do turismo o que pode beneficiar o aparecimento e a dinamização de outras atividades e serviços. Possibilidade de desenvolver um produto turístico singular, baseado no lema “dois países, um destino”. Recurso a apoios financeiros, europeus e nacionais, para a implementação das ações integradas nos Planos de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça. Aumento da visibilidade e importância estratégica do território, derivado da classificação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça, refletindo-se num maior comprometimento a nível político e de acesso a fundos específicos. Perspetiva de novos apoios ao investimento público e privado para implementação de projetos de qualificação e promoção do turismo. Fundos Nacionais e Europeus para apoio à recuperação económica (PRR). Fundos da União Europeia para 2021-2027, para apoio ao investimento nos setores estratégicos de desenvolvimento e coesão territorial.	alcance dos objetivos de classificação da Reserva. Conjuntura económica e social desfavorável, nomeadamente no atual contexto de pandemia (Covid-19). Pandemia Covid-19, pelo forte impacto que tem na vida das populações e nas atividades económicas, em especial no setor do turismo, ameaçando quebrar o dinamismo económico do território, muito dependente do turismo. Excessiva dependência económica do turismo pode originar uma grave recessão económica e social da região, em situações de “paragem” do setor, como a que vivemos presentemente (pandemia Covid-19).
---	--



f) Contexto institucional

A cooperação institucional no território da RBTGX tem vindo a acentuar-se, fruto de vários fatores:

- Criação do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés (1997): desde então várias atividades de cooperação transfronteiriça têm sido realizadas, incluindo a edição de publicações conjuntas, a monitorização de populações animais prioritárias, a fiscalização de atividades ilegais, a implementação de trilhos transfronteiriços entre outras. Esta dinâmica de cooperação permitiu e permite a candidatura a fontes de financiamento da União Europeia que de outra forma não poderiam ser exploradas. A título de exemplo, refere-se a candidatura Xurés-Gerês (POCTEP, candidatada pela Xunta da Galicia, pelo então ICNB, I.P. e pela ADERE-PG, no valor de 2,5 milhões €), com uma grande abordagem transfronteiriça na gestão do território dos dois Parques. No verão de 2007 deu-se a consolidação do Parque Transfronteiriço com a assinatura de uma declaração de apoio ao acordo de cooperação entre o ICNB e a Xunta da Galicia pelo Secretário de Estado de Ambiente do Governo Português e pelo Secretario Geral para El Territorio y la Biodiversidad do Governo Espanhol. Ficou também aprovado o regulamento da Comissão de Acompanhamento do Parque Transfronteiriço, que tem representantes do ICNF, da Xunta da Galicia, da CCDR-N, das Autarquias Portuguesas e Galegas e da Xunta Consultiva do Parque Natural de Baixa Limia - Serra do Xurés.

- O desenvolvimento de grandes projetos estruturantes e integrados e com fortes exigências em termos de participação social e cooperação institucional tem permitido a contínua aproximação institucional, tanto a nível político como técnico. Estes projetos contribuem fortemente para reforçar a cooperação institucional e a definição de um Plano de Ação comum para o território, com algum compromisso de continuidade assumido.

- As próprias orientações estratégicas, nacionais e europeias, que têm favorecido a implementação de projetos integrados, em rede e com alguma escala territorial, em detrimento de iniciativas isoladas e territorialmente específicas.

- Do lado português tem sido importante a existência da ADERE-PG (Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês), cujos estatutos e estratégia de ação pressupõe uma forte cooperação institucional. A ADERE-PG tem como sócios o ICNF e as cinco Câmaras Municipais que integram o território do Parque e a grande maioria dos projetos de desenvolvimento que promove têm subjacente essa parceria institucional.

- Constituição da Comissão de Direção Transfronteiriça e da Junta de Cooperação Transfronteiriça, órgãos de direção e gestão conjunta da Reserva, em funcionamento desde 2011.

- Implementação do projeto Gerês-Xurés Dinâmico, através do qual foi possível realizar um conjunto de ações conjuntas entre a parte portuguesa e a parte espanhola da

Reserva, sobretudo no domínio do reforço da identidade da Reserva da Biosfera, da promoção do seu desenvolvimento económico e turístico e da proteção e conservação do seu património natural e cultural.

- Plano de Valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que, mediante o fomento da participação ativa dos atores do território (municípios, ICNF, ADERE-PG, entre outros), contribui para a implementação articulada de um conjunto de projetos vocacionados para os objetivos da reserva da Biosfera.

Em ambos os lados da fronteira, o nível de cooperação institucional encontra-se reforçado pela implementação do modelo de Cogestão dos Parques, que se traduz numa abordagem de gestão de proximidade entre as áreas protegidas, com expressa intervenção dos municípios na valorização do território.

Não obstante, considera-se fundamental continuar a reforçar a articulação institucional e intersectorial, para bem do desenvolvimento integrado e sustentável do território.

Esta integração deve também ser reforçada ao nível da participação social, nomeadamente através do fomento das ações de mais esclarecimento à população e da sensibilização para a participação nas sessões de participação social. A falta de conhecimento pode levar ao alheamento da população e atores locais e o não aproveitamento das iniciativas públicas em prol das iniciativas privadas e vice-versa.

Análise SWOT (PF-D-O-A)

CONTEXTO INSTITUCIONAL	
PONTOS FORTES	DEBILIDADES
Reserva da Biosfera Transfronteiriça tem contribuído para reforçar a cooperação institucional, nomeadamente pela necessidade de se realizarem projetos conjuntos para implementar os Planos de Ação.	Escassez de instrumentos de planeamento estratégico comuns à região.
Modelo de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.	Dificuldades em manter uma agenda permanente/sistemática de articulação e programação entre o lado português e o lado galego da RBTGX.
Elevado grau de cooperação institucional no acesso a fundos europeus.	Opinião crítica da população relativamente aos Parques.
	Alheamento da população no que toca às iniciativas e oportunidades em curso.



Forte relação entre o PNPG e o PNBLSX pela classificação do Parque Transfronteiriço. Cooperação em rede entre territórios, através de projetos sobre sustentabilidade, desenvolvimento local e turismo. Na zona portuguesa, existência de uma Associação de Desenvolvimento Local (ADERE-PG), transversal em termos territoriais e de sectores de atuação, que tem como sócios efetivos o PNPG e as cinco Câmaras Municipais e a CCDR - Norte, facilitando a cooperação institucional. Existência de agentes de emprego e desenvolvimento local nos municípios. Crescente entendimento entre os municípios e a administração dos Parques na dinamização de projetos conjuntos. Crescente entendimento institucional (a nível municipal e regional) na definição das prioridades de desenvolvimento. Experiência, de quase 20 anos, de cooperação institucional a nível regional e nacional. Realização de várias sessões públicas de informação, de sensibilização e de participação.	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Possibilidade de aproveitar as sinergias dos municípios no desenvolvimento global da zona.	Conflitos de interesse ao nível das diferentes instituições, por força das respetivas políticas setoriais e competências.



Possibilidade de alargar a atuação dos Parques para áreas que não exclusivamente a conservação da natureza.	
---	--

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS

Para o acompanhamento e avaliação do Plano de Ação Conjunto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, adotaram-se os seguintes órgãos de gestão:

- A Comissão de Direção Transfronteiriça;
 - A Comissão de Cooperação Transfronteiriça e
 - O Conselho Consultivo de Cooperação.
-
- A Comissão de Direção Transfronteiriça, composta por representantes das autoridades nacionais, regionais e locais responsáveis pela gestão do território que integra a Reserva da Biosfera funciona como uma estrutura de coordenação para alcançar a cooperação de todas as partes envolvidas na Reserva, indicando as diretrizes de controlo e gestão.

As suas responsabilidades são a aprovação dos planos de ação da Reserva e respetivas contas anuais e plurianuais. Formula políticas e propõe estratégias para a conservação do património natural da Reserva, garantindo que os trabalhos realizados cumprem a legislação em vigor e se encaminham para a consecução dos objetivos.

Este órgão também aprova as candidaturas a programas regionais e internacionais de financiamento da conservação da biodiversidade e do património cultural e avalia todas as ações previstas em Planos Estratégicos de incidência transfronteiriça entre a Galiza e o Norte de Portugal que tenham relevância para a Reserva.

A Presidência da Comissão de Direção Transfronteiriça é exercida, numa base rotativa, por períodos de dois anos Dirección Xeral de Patrimonio Natural da Galiza e pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP.

- A Comissão de Cooperação Transfronteiriça, composta por responsáveis da Reserva da Biosfera da Galiza e de Portugal, é definida como um corpo técnico com capacidade para tomar decisões relativas à gestão da Reserva. Em particular, este órgão elabora e coordena a implementação e a monitorização dos planos anuais e plurianuais aprovados pela Comissão Técnica Transfronteiriça, desenvolvendo, em articulação com os parceiros, as atividades do Plano de Ação, as candidaturas ao financiamento de programas que forem aprovados e outras ações concretas para a promoção e gestão da Reserva da Biosfera.



- Por último, importa referir que, para alcançar o sucesso da implementação do Plano de Ação é imprescindível o envolvimento da população local como protagonista das diversas iniciativas. Neste contexto, criou-se o Conselho Consultivo de Cooperação, como órgão de participação pública, composto por membros da Junta Consultiva do Parque Natural da Baixa Limia - Serra do Xurés e por membros do Conselho Estratégico do Parque Nacional da Peneda-Gerês. O Conselho Consultivo tem, entre outras funções, as de canalizar a participação social face aos gestores da Reserva da Biosfera e em particular, dar parecer sobre o Plano de Ação Conjunto e sobre os relatórios anuais de atividade.

PLANO DE AÇÃO 2022-2025 DA RESERVA DE BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS

Princípios básicos do Plano de Gestão da RBTGX

O Plano de gestão da RBTGX representa o compromisso partilhado dos agentes locais, das instituições públicas e dos habitantes da Reserva da Biosfera para lograr que se converta num referencial de coesão social, prosperidade económica e conservação do património natural e cultural.

O Plano de gestão estrutura-se de forma sistémica num Marco Estratégico que identifica eixos estratégicos, linhas prioritárias e ações. Tudo isto sob uma visão participativa, apoiando-se nos princípios básicos transversais a toda a Reserva.

Assim, observa-se que para atingir os objetivos definidos no Plano de Gestão é necessário o desenvolvimento de Eixos Estratégicos que constituem os principais objetivos que quer alcançar a RBTGX nos próximos anos. Estes Eixos Estratégicos apoiam-se por sua vez nas Linhas prioritárias que desenvolvem especificamente cada um dos objetivos que contemplam cada Eixo. Todas elas têm ações, priorizadas temporalmente, que materializarão os objetivos propostos.

Em consonância com isto, os princípios básicos da Estratégia são configurados como alavancas sobre as quais se apoiará ao longo de todo o processo para garantir o cumprimento dos objetivos propostos. Esse Marco Estratégico operacionaliza-se por meio do Plano de Gestão da RBTGX, que contempla as ações que serão desenvolvidas em cada linha prioritária para atingir o cumprimento dos objetivos dos Eixos Estratégicos, com o apoio dos Princípios Básicos.

A RBTGX visa caminhar rumo à sustentabilidade, preservando e valorizando o seu património natural, em termos de qualidade de vida e dinamismo económico, por meio do compromisso compartilhado e da participação cidadã.

Para concretizar esta visão, a Estratégia deve obedecer a alguns princípios básicos, transversais ao longo do processo e de carácter global. O cumprimento e o respeito por estes princípios irão, em grande medida, garantir o sucesso futuro da Estratégia.

Um dos objetivos prioritários do Plano de Ação de Lima e seu equivalente nacional (Plano de Ação de Ordesa-Viñamala) e, portanto, de nosso Plano de Gestão é alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

OBJETIVO ESPECÍFICO 5 - ODS: Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável promove o compromisso da comunidade internacional com o alcance da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas por meio do seu objetivo específico 5 e transversalmente em outros objetivos.

As mulheres que vivem em áreas rurais são essenciais para o desenvolvimento sustentável dos nossos povos e da nossa sociedade como um todo. Para garantir essa sustentabilidade, é necessário enfrentar as desigualdades que as mulheres ainda sofrem nas áreas rurais, ainda mais, em muitos casos, do que as mulheres urbanas.

Alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é uma questão de justiça, direitos fundamentais e responsabilidade ética, mas é também um importante suporte para o desenvolvimento económico e um elemento essencial para a estruturação e coesão social dos territórios.

São as Reservas da Biosfera, territórios rurais em sua maioria, importantes laboratórios de políticas efetivas de igualdade entre homens e mulheres.

Formação e emprego estão intimamente relacionados. A formação, para além do seu valor para o desenvolvimento de uma personalidade consciente e livre, é a melhor forma de acesso ao emprego e esta, por sua vez, é uma forma de culminar o processo de libertação e integração da mulher na sociedade.

Em última análise, trata-se de obter um território onde todas as pessoas, independentemente do sexo, posição social, etnia ou deficiência, possam desfrutar das mesmas oportunidades e direitos, em igualdade de condições.

Luta contra o despovoamento e o envelhecimento

A perda de população é um dos principais problemas que a Reserva da Biosfera enfrentará nos próximos anos.

O território da Reserva da Biosfera não difere muito de outras zonas rurais montanhosas, a necessidade dos jovens se deslocarem para estudar fora do território e as limitadas oportunidades de emprego que limitam o regresso, provocam uma progressiva perda de população e o consequente envelhecimento da mesma, com a qual ocorre um intenso despovoamento que faz com que num futuro próximo, se as condições presentes forem mantidas, a situação seja praticamente irreversível.

Setores como o turismo mostram uma capacidade muito limitada de fixar a população. Quanto a outros setores, a agricultura é marginal e geralmente para autoconsumo, embora a pecuária extensiva tenha alguma relevância, mas o emprego gerado é relativamente pequeno.

Em suma, de acordo com sua dinâmica demográfica e económica, estes territórios se enquadram no que a OCDE define como “regiões rurais remotas e atrasadas”, o que evidencia um ambiente rural em declínio (OCDE, 2006).

Adaptação da Reserva da Biosfera às mudanças climáticas

Atualmente, poucos negam que a mitigação e adaptação às mudanças climáticas é um dos maiores desafios ambientais e um dos maiores desafios que os seres humanos enfrentam neste século. É por isso que numerosos compromissos foram assumidos em todo o mundo com o objetivo de coibir ou reduzir suas causas ou mitigar seus efeitos, que, por sua vez, se traduziram em planos e estratégias em escala global, europeia, estadual e regional.

No caso da RBTGX, o desafio das mudanças climáticas é fundamental, dadas as particularidades ambientais e socioeconómicas que a tornam mais vulneráveis. Na verdade, embora talvez de forma mais subtil do que em outras latitudes, já começaram a ser vistos indícios de que eles podem causar grandes danos não apenas às principais atividades económicas, mas também ao seu recurso natural mais valioso, a biodiversidade. Ecossistemas são formações frágeis, altamente dependentes de parâmetros climáticos, o que no caso da RBTGX é acentuado pela existência de montanhas.

O papel das Reservas da Biosfera na implementação e no avanço das políticas de mudanças climáticas é fundamental, conforme destacado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP26 em Glasgow, onde foi enfatizado o papel das Reservas da Biosfera como locais ideais para pesquisas sobre os impactos de mudanças climáticas. As particularidades físicas

da RBTGX, com montanhas de grande altitude, assim como suas particularidades ecológicas, económicas e sociais, proporcionam condições imbatíveis para isso. Da mesma forma, a sua situação estratégica de carácter transfronteiriço confere-lhe um grande potencial como plataforma de cooperação científica neste domínio.

O PLANO DE AÇÃO

O atual Plano de Ação procura dar continuidade ao modelo de desenvolvimento que tem vindo a ser defendido pelo território, harmonizando as perspetivas da conservação da natureza, biodiversidade, do desenvolvimento económico, social e cultural. Procura-se que este documento seja um contributo efetivo para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável.

O presente documento tem como objetivo consolidar os Planos de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, cuja primeira versão foi elaborada aquando da candidatura à Rede Mundial de Reservas da Biosfera do Programa Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO e o Plano de Ação Relativo ao período 2015-2020.

Foram avaliados e atualizados os grandes objetivos e os eixos de atuação comuns que constituem a base de estruturação do Plano de Ação, procurando-se incorporar as prioridades atuais (face à atualização do diagnóstico), em alinhamento com as atuais orientações e agendas das políticas nacionais e internacionais em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Prosseguindo os objetivos próprios das Reservas da Biosfera, definidos pelo Programa Homem e a Biosfera (MaB), e tendo por base o diagnóstico de necessidades e oportunidades e a análise da problemática comum às duas regiões, acordou-se que o Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés deve dar especial atenção aos problemas comuns relativos à conservação e gestão dos recursos naturais e aos desafios que se colocam ao desenvolvimento socioeconómico sustentável, privilegiando as atuações de carácter transfronteiriço e de cooperação entre as duas regiões.

Considera-se também importante manter ações específicas para consolidar a imagem da Reserva da Biosfera Transfronteiriça e fomentar a participação social e a integração institucional e sectorial em todo o processo que envolve a programação e implementação do Plano de Ação.

A elaboração deste Plano de Ação contou com a participação dos principais parceiros institucionais da reserva da Biosfera, nomeadamente os municípios, e beneficiou do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em diferentes comissões e grupos de trabalho (formais e informais), que envolvem a participação de um

conjunto de atores locais relevantes para o processo de desenvolvimento sustentável da região e da Reserva.

A implementação do Plano de Ação exigirá a participação ativa de todos os intervenientes, tanto públicos como privados, envolvidos no território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. Serão apoiados por uma equipa cuja missão será a de monitorizar continuamente as atividades do Plano de Ação e de assegurar a coordenação entre todos os envolvidos. Também se estabelecerão mecanismos de financiamento para garantir de modo continuado a implementação das ações dos próximos cinco anos.

ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação sistematiza as ações a desenvolver no período 2021-2025 para alcançar os objetivos propostos para a Reserva da Biosfera Transfronteiriça e reforçar a cooperação e o trabalho conjunto entre as duas regiões fronteiriças.

Está organizado por **eixos de atuação estratégica**, para os quais se estabelecem os objetivos gerais e específicos e se identificam as **linhas de atuação**.

Neste Plano de Ação contemplam-se os seguintes eixos estratégicos de atuação:

- 1. Imagem e identidade da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés;**
- 2. Desenvolvimento socioeconómico;**
- 3. Conservação da natureza;**
- 4. Participação social e integração da comunidade e atores que intervêm na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés.**



Consideram-se os seguintes Objetivos Estratégicos:

1. Promover a preservação e o restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, o conhecimento, divulgação e a monitorização dos recursos e valores naturais e a gestão da conservação da natureza no contexto das mudanças climáticas.
2. Promover o desenvolvimento sustentável do território através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através da preservação do património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e outras atividades económicas reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar, privilegiando o bem-estar e a prosperidade das comunidades locais garantindo os direitos e oportunidades das gerações vindouras.
3. Promover a informação e sensibilização pública, a participação social, a **capacitação, apropriação** e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir a visão e missão para o PNPG, para a programação e implementação do Plano de Ação da Reserva da Biosfera, fazendo com que se sintam codecisores e corresponsáveis na definição, na execução e nos resultados alcançados e consolidar e divulgar a Reserva da Biosfera como unidade territorial

De seguida apresentam-se os eixos estratégicos do Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés:

EIXO 1: IMAGEM E IDENTIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS;

Objetivo geral:

Consolidar e divulgar a RBTGX, facilitando a sua perceção como uma entidade em si mesma, usando os meios adequados para a divulgar (dentro e fora do seu âmbito geográfico) e para comunicar/ interagir com os diferentes públicos (as populações locais, as instituições locais, os visitantes, as escolas, os investigadores e o público em geral).

Objetivos específicos:

- Implementar e dinamizar continuamente o Plano de Comunicação da RBTGX. Isto inclui a implementação da sinalização específica da Reserva, a dinamização da página web e das redes sociais, a elaboração e edição de material de divulgação, nomeadamente e de merchandising, entre outras ações. O plano de comunicação já se encontra em implementação, sendo agora importante assegurar a sua continuidade e execução faseada das novas ações.
- Contribuir para a divulgação dos objetivos da RBTGX, dentro e fora da Reserva, nomeadamente através da dinamização e/ou participação em seminários, feiras, sessões de esclarecimento nas escolas e mesas temáticas, entre outras formas;
- Desenvolver parcerias com outras entidades e projetos-chave para que estes possam também ser embaixadores da RBTGX, divulgando a sua imagem e experiências noutras regiões/ países e junto de novos públicos;
- Estimular a participação ativa no seio da Rede Nacional e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, mediante a divulgação nessas redes das experiências levadas a cabo na RBTGX.

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Objetivo geral:

Promover o desenvolvimento sustentável da região da RBTGX através do estímulo e dinamização de iniciativas que integrem as componentes naturais, culturais, sociais e económicas, onde o Homem surge como parte integrante e beneficiário do aproveitamento sustentável dos recursos locais e os espaços protegidos como palcos potenciadores desse desenvolvimento e não como fator limitador. Trata-se de valorizar os recursos existentes, potenciando-os, de forma sustentável, como motor de desenvolvimento socioeconómico, através nomeadamente: da promoção do turismo sustentável; da valorização dos produtos locais; da preservação do património natural, paisagísticos e cultural e aproveitamento sustentável dos recursos existentes; da conservação de práticas tradicionais ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e outras atividades económicas tradicionais; entre outros eixos de desenvolvimento. Não pode também ser esquecida a formação e a capacitação dos intervenientes neste pretendido processo de desenvolvimento.

Por se tratar de um objetivo muito amplo, que envolve a reflexão integrada das diferentes componentes que intervêm no contexto social e económico de uma região, esta linha de atuação foi desdobrada em diferentes vetores de atuação, de modo a facilitar a exposição dos seus objetivos específicos. Cada vetor de atuação reflete os temas-chave que no âmbito do presente Plano de Ação devem ser privilegiados para atingir o objetivo do desenvolvimento socioeconómico da RBTGX, num modelo que salvaguarda a proteção e valorização dos recursos naturais, que são os objetivos primários da declaração da Reserva da Biosfera.

Objetivos específicos:

- **Valorizar os recursos endógenos e a compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais**
 - Potenciar o desenvolvimento e diversificação das atividades económicas compatíveis com a proteção dos recursos naturais e paisagísticos, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;
 - Potenciar um melhor aproveitamento dos recursos existentes para a dinamização da estrutura económica local, nomeadamente através do melhoramento dos serviços de produção dos ecossistemas florestais (madeira, forragem, cogumelos, resinas, mel e frutos silvestres);
 - Promover o desenvolvimento de práticas e culturas agrícolas compatíveis com a proteção dos recursos naturais e a valorização da paisagem humanizada,

nomeadamente pela produção biológica e o cultivo de espécies aromáticas e medicinais da flora selvagem e cultivares regionais;

- Promover a pecuária extensiva, na medida em que não constitua fator de degradação ecológica e da paisagem, fomentando a utilização de raças autóctones;

- Promover as medidas necessárias para compatibilizar as atividades humanas com os objetivos de preservação dos serviços de suporte à biodiversidade e de regulação dos ecossistemas florestais;

- **Conservar e valorizar o património cultural material e imaterial**

- Promover a conservação, recuperação e divulgação do património cultural existente, nomeadamente do património paisagístico, arquitetónico, arqueológico, histórico e etnográfico, de modo a facilitar a sua fruição ou utilização pelos respetivos proprietários, pela comunidade e pelos visitantes;

- Promover a recuperação e utilização/ reutilização do património construído dos aglomerados populacionais, bem como definir orientações específicas para a construção/ reconstrução do edificado, em particular nos aglomerados qualificados, e disciplinar a proliferação de construções dispersas fora dos aglomerados;

- Proteger os serviços culturais dos ecossistemas, em particular o valor das paisagens naturais e culturais da RBTGX, respeitando a evolução dos modos de vida das populações e a integração dos aglomerados populacionais com a sua envolvente.

- Promover a recuperação do património cultural imaterial, incluindo as práticas tradicionais, a sua divulgação e valorização.

- **Melhorar a acessibilidade, a mobilidade e as comunicações na RBTGX**

- Melhorar as condições de mobilidade no território, em particular no que respeita ao acesso a espaços e infraestruturas públicas e de visita e no interior dos aglomerados populacionais.

- Melhorar o modelo de transportes e a mobilidade turística na RBTGX, através da promoção de serviços de mobilidade de baixo carbono, bem como incrementar a capacidade de estacionamento automóvel em zonas estratégicas.

- Promover o conceito de acessibilidade universal na RBTGX, em particular nos espaços e equipamentos públicos.

- Melhorar a rede de comunicações móvel e Internet, com prioridade para os aglomerados populacionais localizados em “zonas sombra”, não descurando as zonas onde se localizam os equipamentos e infraestruturas turísticas (com prioridade para toda a linha percorrida pela grande Rota Transfronteiriça, pelo significado que assume em termos de número e frequência de visitantes).

- **Promover o turismo sustentável**

- Promover o turismo de natureza, nomeadamente através da formatação de programas de atividades baseadas no contacto com os valores naturais e culturais da região, da criação de pacotes que combinem os diferentes serviços e atividades turísticas (alojamento, animação, restauração, etc.), tendo em vista não só o desenvolvimento local mas também a sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente;

- Promover a valorização da Grande Rota pedestre Transfronteiriça Gerês-Xurés, e a sua melhoria contínua.

- Apoiar os projetos de desenvolvimento turístico que potenciem, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento de outras atividades económicas locais, nomeadamente a agricultura.

- Fomentar a qualidade dos produtos e serviços turísticos existentes ou a criar, quer do ponto de vista da tipologia, da sustentabilidade, da integração do conceito “acessível”, entre outros critérios que os valorizem e distingam positivamente;

- Criar mecanismos que possibilitem a promoção conjunta dos produtos e serviços turísticos existentes na RBTGX;

- Promover a interpretação e divulgação do património natural e cultural da RBTGX, como forma de sensibilizar o público para a sua conservação e preservação, mas também como forma de incentivar a visita a este espaço;

- Ordenar as atividades de visita, especialmente as atividades desportivas, e divulgar as normas de conduta ambiental e de segurança junto dos visitantes da RBTGX;

- Implementar sistemas de monitorização e gestão de atividades turísticas cujo desenvolvimento possa ter impactes negativos em termos ambientais, sociais ou económicos.

- Promover e valorizar o território recorrendo a tecnologias de comunicação e multimédia.

- Apoiar a formação e a capacitação dos profissionais do setor do turismo.

EIXO 3: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Objetivo geral:

Promover a preservação e a restauração dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, bem como o conhecimento, a divulgação, a gestão e a monitorização dos recursos e valores naturais.

Objetivos específicos:

- **Incrementar o conhecimento da zona de atuação**
 - Promover a investigação científica e o conhecimento sobre os ecossistemas presentes e valores geológicos presentes, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e espécies.
- **Restaurar ecologicamente zonas degradadas pela ação humana**
 - Promover a restauração ecológica de áreas degradadas pela ação humana, nomeadamente zonas de extração de inertes, zonas afetadas por incêndios florestais, zonas de depósito de lixo, entre outras.
- **Planificar e ordenar o território de forma articulada**
 - Desenvolver e implementar projetos de gestão conjunta na área do ordenamento do território e dos sistemas de informação geográfica, procurando harmonizar as políticas de gestão territorial e facilitar a partilha de dados necessários ao planeamento e gestão do território da Reserva da Biosfera.
- **Planificar, proteger e recuperar a flora e a fauna**
 - Promover ações vocacionadas para a preservação e restauro dos habitats, em consonância com o previsto na Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Diretiva Habitats);
 - Promover ações vocacionadas para a preservação e restauro dos valores faunísticos e da flora, em consonância com o previsto nas Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Diretiva Habitats);
 - Promover os serviços dos ecossistemas de regulação do ciclo da água, nomeadamente pela preservação e recuperação das zonas húmidas, das áreas de infiltração, dos lençóis subterrâneos, das nascentes, das cabeceiras, das linhas e dos planos de água, incluindo leitos, margens e zonas adjacentes inundáveis;
 - Melhorar os serviços de suporte à biodiversidade e de regulação dos ecossistemas florestais, com particular ênfase na resistência ao fogo, na retenção

de carbono e na conservação e formação de solo, nomeadamente pela proteção e expansão da floresta nativa e pela conversão de povoamentos monoculturais de resinosas em bosques de folhosas autóctones.

EIXO 4: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE E DOS ATORES QUE INTERVÊM NA RBTGX

Objetivo geral:

- Promover a informação pública e a participação social, de forma a integrar a comunidade e atores locais nos objetivos estratégicos da RBTGX, bem como na formulação e implementação das diversas iniciativas de atuação, para que a comunidade se sinta protagonista, codecisor e corresponsável dos resultados alcançados.
- Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes que intervêm na RBTGX. Desenvolver e implementar programas formativos específicos sobre os temas relevantes para a RBTGX, dirigidos aos diferentes atores que intervêm na RBTGX (administração local, associações, grupos de interesse, dirigentes, técnicos, população local, agentes económicos, baldios, etc.), sensibilizando-os e dotando-os de conhecimentos e ferramentas importantes para se alcançarem os objetivos da Reserva da Biosfera;

Objetivos específicos:

- Promover a realização de fóruns de discussão onde participem as populações e restantes agentes que intervêm no território (administração, associações, empresas, etc.), para que compreendam e se sintam envolvidos nos objetivos próprios da RBTGX, acompanhando, ou até participando ativamente, na implementação do Plano de Ação.
- Apoiar os projetos que aplicam o modelo integrado de desenvolvimento sustentável e a participação social na prossecução dos seus objetivos.



FICHAS DE ATUAÇÃO

Foram elaboradas fichas com a descrição e caracterização de cada medida, de modo a permitir a sua leitura fácil e a sistematização dos principais campos a considerar: indicação do eixo e linha de atuação; referência aos objetivos específicos da mesma; justificação em relação ao diagnóstico; contributo para os objetivos do desenvolvimento sustentável; descrição sumária das ações; âmbito de intervenção geográfica; cronograma de execução e financiamento e indicadores de realização e resultado.

O cronograma financeiro corresponde a estimativas de captação de recursos financeiros em função da apresentação de candidaturas a linhas de financiamento nacionais e europeias.



EIXO 1:

IMAGEM E IDENTIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS

LINHA DE ATUAÇÃO

- **COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA RESERVA DA BIOSFERA**

OBJETIVOS

- **Consolidar a imagem da Reserva da Biosfera Transfronteiriça e desenvolver a sua estratégia de divulgação, tendo em conta o público-alvo e impacto desejado.**

DESCRIÇÃO

A elaboração do Plano de Comunicação e Imagem da Reserva da Biosfera Transfronteiriça tem como objetivo a criação de uma imagem própria e atrativa da mesma e o desenvolvimento de estratégias e suportes de comunicação e marketing, para contribuir deste modo para a aplicação dos objetivos da Reserva.

A Estratégia de Comunicação e Imagem da Reserva será implementada através do desenvolvimento das seguintes ações:

- Promover o uso da logomarca RBTGX nas administrações envolvidas; melhoria e atualização do site RBTGX e novos materiais publicitários (em especial brochuras) e um documentário RBTGX; Apresentação em diferentes áreas e instituições da exposição itinerante do RBTGX; sinalização no território e limites; cartazes específicos do RBTGX nos municípios que o compõem e a linha de merchandising RBTGX.
- Definição e implementação de iniciativas de divulgação dos objetivos da RBTGX; através da participação em seminários e feiras, assim como da realização de sessões de informação nos centros educativos/Portas da RBTGX.
- Identificação de mensagens ou definição da visão da RBTGX e da forma como as referidas mensagens devem ser transmitidas aos diferentes grupos alvo (centros educativos, visitantes, residentes, entre outros grupos.)
- Implementação de um Programa Conjunto de Educação Ambiental e Cultural a desenvolver nos Centros de Interpretação/Portas da RBTGX
- incentivar os campos de trabalho e voluntariado ambiental de forma a promover um uso público ordenado e compatível do meio ambiente promover o turismo de natureza e promover o conhecimento e envolvimento social dos residentes na conservação da RBTGX.

AÇÕES/PROJETOS

- Melhoria da página Web.
- Plano de promoção e dinamização da Reserva da Biosfera.
- Plano de Marketing e redes sociais.
- Divulgação e publicações
- Programa de educação ambiental e cultural.
- Programa de voluntariado e campos de trabalho.
- Sinalização do território
- Organização de seminários e congressos

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Detetou-se um desconhecimento da população, em geral, relativamente ao significado e às funções da Reserva da Biosfera.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e divulgação a nível regional, nacional e internacional.

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

+300.000,00 € (GALICIA)+ 580 000 € (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- Fundo Ambiental

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Página Web da RBTGX atualizada
- Material e suportes de informação e divulgação
- Logotipo e manual de identidade
- Sinalizações no território
- Conferências e workshops de divulgação
- Plano de Comunicação e Imagem da RBTGX

- Programas de Educação Ambiental e Cultural Elaborados
- Número de ações realizadas dos Programas de Educação Ambiental e Cultural
- Número de campos de trabalho e voluntariado realizados
- Número de participantes nos campos de trabalho

INDICADORES DE RESULTADO

Aumento do reconhecimento da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês - Xurés entre a população local e a nível regional, nacional e internacional, entre o público especializado e entre os potenciais visitantes do território.

Indicadores de seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS.

Indicador 27: Estratégia de informação e comunicação.

Indicador 28: Plano de comunicação.

Indicador 42: Nº de publicações.

Indicador 44: Nº de participantes em formação (diferenciando entre população local e não RB).

Indicador 47: N.º de sessões e programas de formação e educação ambiental dirigidos à população local.

Indicador 91: Nº de programas estabelecidos

Indicador 157: Nº de documentos disponíveis na web.

Indicador 158: Nº de solicitações de informações realizadas e atendidas na Reserva da Biosfera.

Indicador 159: Nº de downloads de documentos da web.

Indicador 163: Percentual de estratégia de informação e comunicação desenvolvida no RB.

Indicador 164: Nº de iniciativas tomadas.

Indicador 165: Nº de destinatários envolvidos nas iniciativas.

Indicador 166: Atualizações da Web.

Indicador 167: Criada base de dados de experiências de demonstração.

Indicador 169: Nº de seguidores nas redes sociais.

EIXO 1

IMAGEM E IDENTIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA GERÊS-XURÉS

LINHA DE ATUAÇÃO

- **POSICIONAMENTO INTERNACIONAL E TRABALHO EM REDE**

OBJETIVOS

- **Colocar a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, como um ator participativo nas distintas redes de RB do MAB (rede Espanhola, IberoMAB, EuroMAB)**

DESCRIÇÃO

Através da realização das ações inseridas nesta linha de atuação será desenvolvida e sistematizada uma coordenação regular com as redes de Biosfera Nacionais (espanhola e portuguesa) e com as Comissões MaB de ambos os países. Além disso será estimulada a participação ativa dentro da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, fazendo parte de programas de cooperação com outras Reservas, para o intercâmbio de boas práticas em matéria de desenvolvimento sustentável.

AÇÕES/PROJETOS

- **Participação e organização de eventos nacionais e internacionais**
- **Participação em projetos de cooperação a nível nacional e internacional**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

No diagnóstico realizado destaca-se o elevado grau de cooperação institucional desenvolvido ao longo dos últimos anos como ponto forte para colocar a RBTGX no contexto internacional.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e divulgação a nível regional, nacional e internacional.

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

30.000,00 € (GALICIA) + 200.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- Linhas de financiamento nacionais
- Fundo Ambiental

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Participação em eventos nacionais e internacionais
- Eventos nacionais e internacionais, seminários, congressos e workshops organizados no território da RBTGX
- Participação em projetos de cooperação a nível nacional e internacional

INDICADORES DE RESULTADO

A RBTGX alcança e consolida o seu papel como interlocutor ativo perante outras Reservas da Biosfera e perante os organismos nacionais e internacionais de referência.

Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 41: Nº de colaborações estratégicas e funcionais: pontuais (em um ano) e estáveis (mais de um ano)

Indicador 42: Nº de publicações

Indicador 46: Nº de colaborações entre gestores de RB e Cátedras UNESCO

Indicador 49: Nº de trabalhos de pesquisa realizados relevantes para gestão e formação

Indicador 51: Nº de convénios ou outros convénios de colaboração firmados com centros de pesquisa e universidades

Indicador 58: Nº de ações de desenvolvimento promovidas pela pesquisa



Indicador 119: Nº de universidades ou outras em órgãos de gestão e/ou participação de RB



EIXO 2

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

LINHA DE ATUAÇÃO

- **VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES HUMANAS COM OS RECURSOS NATURAIS**

OBJETIVOS

- **Potenciar o aproveitamento sustentável dos recursos existentes para a dinamização da estrutura económica local;**
- **Potenciar o desenvolvimento e a diversificação das atividades económicas compatíveis com a proteção dos recursos naturais e paisagísticos, valorizando os ecossistemas florestais e contribuindo para a fixação da população e a melhoria da sua qualidade de vida;**
- **Valorizar os produtos locais, principalmente os produtos agroalimentares e artesanato, apoiando a sua promoção e comercialização.**

DESCRIÇÃO

Neste âmbito de atuação dar-se-á especial atenção a iniciativas que fomentem a promoção e comercialização dos produtos locais da RBTGX. Prevê-se também a dinamização de ações que potenciem o aproveitamento sustentável dos recursos existentes como fator de desenvolvimento socioeconómico, principalmente através do estímulo à manutenção de práticas tradicionais ligadas à agricultura, pastorícia e à silvicultura, entre outras atividades tradicionais.

Com o objetivo de promover e coordenar a promoção do conceito de Reserva da Biosfera, a Agência Autónoma de Parques Nacionais de acordo com o Conselho de Administração do Comitê Espanhol do Programa MaB, criou em 2016 a marca “Reservas da Biosfera Espanhola”.

Esta marca pretende promover o conceito de Reserva da Biosfera, distinguindo os produtos e serviços dos seus territórios, desde que contribuam para o cumprimento das funções básicas de conservação, desenvolvimento e apoio logístico do mesmo.

Contemplam assim as seguintes ações:

- **Promoção da agricultura biológica, recuperação de variedades tradicionais de uso agrícola, frutícola e silvícola, produção biológica e cultivo de espécies aromáticas medicinais da flora selvagem e de culturas regionais.**

- Promoção da pecuária extensiva sustentável e implementação de medidas para a compatibilização desta atividade com a fauna selvagem.
- Elaboração de planos de gestão florestal e certificação florestal.
- Implementação de medidas de carácter agroambiental.
- Implementação de medidas de preservação e valorização de atividades e produtos artesanais
- Criação de uma marca de qualidade para a Reserva da Biosfera

AÇÕES/PROJETOS

- **Promoção e implementação de medidas de caráter agrosilvo-ambiental.**
- **Inovação das atividades artesanais.**
- **Valorização das atividades, práticas e saberes tradicionais.**
- **Desenvolvimento da marca de qualidade da Reserva**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

No diagnóstico realizado destaca-se o elevado grau de cooperação institucional desenvolvido ao longo dos últimos anos como ponto forte para colocar a RBTGX no contexto internacional.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (Zona Tampão e Zona de Transição)

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

90.000,00 € (GALICIA) + 755.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)



- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Fundo Ambiental

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de artesãos e atividades inventariadas, fomentadas e divulgadas.
- Medidas implementadas para promover as técnicas tradicionais de gestão de áreas de pastoreio e de pastoreio tradicional.
- Hectares com gestão florestal certificada.
- Feiras realizadas.

INDICADORES DE RESULTADO

Capacitar o território e os agentes económicos da RBTGX para a certificação e/ou reconhecimento da qualidade dos produtos locais e fomentar a promoção e comercialização dos mesmos.

INDICADORES DE SEGUIMENTO (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 17: Nº Empresas que exercem a sua atividade no RB com certificações ambientais e/ou de sustentabilidade

Indicador 18: Nº Empresas sociais que exercem a sua atividade no RB

Indicador 20: Nº Produtos e serviços com certificações, rótulos ou marcas ambientais e/ou de sustentabilidade

Indicador 21: Nº de empresas que recebem informações sobre o potencial e a possibilidade de desenvolver iniciativas económicas verdes/sustentáveis/socioeconómicas no RB

Indicador 41: Nº de colaborações estratégicas e funcionais: pontuais (em um ano) e estáveis (mais de um ano)

Indicador 42: Nº de publicações

Indicador 49: Nº de trabalhos de pesquisa realizados relevantes para gestão e treinamento

Indicador 51: Nº de convénios ou outros convénios de colaboração firmados com centros de pesquisa e universidades

Indicador 58: Nº de ações de desenvolvimento promovidas pela pesquisa



Indicador 79: Estratégia de Turismo Sustentável desenvolvida

Indicador 87: Nº de produtores beneficiários

Indicador 119: Nº de universidades ou outros em órgãos de gestão e/ou participação do RBTGX

Indicador 133: Nº de atividades de treinamento

Indicador 134: N.º de empreendedores formados

Indicador 135: Nº de ações de assessoria

Indicador 143: Marca global estabelecida

Indicador 144: Marca de Reserva da Biosfera Estabelecida

Indicador 151: Nº de produtos e serviços que utilizam a marca RBTGX



EIXO 2

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

LINHA DE ATUAÇÃO

- **CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL**

OBJETIVOS

- **Promover a conservação e recuperação do património cultural existente, fundamentalmente do património arquitetónico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e do património construído dos núcleos de população, assim como do património cultural imaterial conforme está definido pela Convenção da UNESCO com o objetivo de valorizar o mesmo e facilitar a sua utilização pelos proprietários, pela comunidade local e pelos visitantes.**

DESCRIÇÃO

Nesta linha de atuação presta-se especial atenção às iniciativas de recuperação e valorização dos elementos do património arquitetónico e arqueológico, incluindo a sua interpretação e divulgação pública, principalmente através do desenvolvimento das seguintes ações:

- Recuperação e valorização de elementos do património arquitetónico, nomeadamente dos fojos do lobo, dos elementos do património rural e dos núcleos de população que pela sua singularidade estejam integrados em rotas divulgativas e/ou e possuam em si mesmos um elevado potencial de atração turística
- Valorização do património arqueológico
- Potenciação do património arqueológico industrial
- Recuperação do Património Cultural Imaterial e a sua divulgação e interpretação

AÇÕES/PROJETOS

- **Restauro e valorização de elementos do património arquitetónico (fojos de lobo, património rural e núcleos de povoações em meio rural).**
- **Conhecimento e Interpretação do Território**
- **Restauro e valorização do património arqueológico - necrópoles megalíticas, castelos, mosteiros, via romana**
- **Interpretação do património arqueológico industrial**
- **Recuperação e promoção do Património cultural imaterial**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Em relação a esta ação, e como ponto forte do território, destaca-se a enorme riqueza do património arquitetónico, arqueológico e do património construído nos aglomerados, assim como a perceção e interesse da população e instituições locais na valorização do dito património. No entanto, no diagnóstico constata-se uma certa dificuldade no acesso aos recursos económicos destinados à investigação, valorização e recuperação do património.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Território da Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés (Zona Tampão e Zona de Transição)

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

400.000,00 € (GALICIA) + 3.178.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Fundo Ambiental e Fundos de Coesão Europeus. Fundos next generation



INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de elementos do património arquitetónico e arqueológico reabilitados, valorizados e interpretados.
- Número de elementos do património industrial interpretados.
- Número de levantamentos de práticas tradicionais (Património Cultural Imaterial).
- Número de eventos de promoção das práticas tradicionais.

INDICADORES DE RESULTADO

Espera-se um incremento do conhecimento e uma melhoria do estado de conservação e proteção do património arquitetónico e arqueológico, do património construído e do património cultural imaterial bem como um aumento do potencial turístico e a dinamização de atividades de visitação de carácter cultural.

Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 25: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação do património natural e cultural

Indicador 26: Área de património natural e sem elementos de património cultural restaurado

Indicador 133: Nº de atividades de treinamento

Indicador 135: Nº de ações de assessoria



EIXO 2

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

LINHA DE ATUAÇÃO

- **MELHORIA DA ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E COMUNICAÇÕES**

OBJETIVOS

- **Melhorar as condições de acessibilidade, mobilidade e comunicações no território, em particular no que diz respeito ao acesso aos espaços e infraestruturas públicos e pequenos núcleos populacionais**

DESCRIÇÃO

Neste âmbito serão desenvolvidas iniciativas que melhorem as condições de acessibilidade no território, com prioridade para o desenvolvimento das seguintes ações:

- Melhoria das acessibilidades às infraestruturas de apoio à visitação e pontos turísticos específicos;
- Criação de infraestruturas em núcleos de populacionais que permitam a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência.

AÇÕES/PROJETOS

- **Criação de condições para pessoas com mobilidade reduzida.**
- **Melhoria das infraestruturas de acesso a núcleos populacionais e locais de interesse turístico.**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico aponta dificuldades no acesso a certas áreas mais distantes, bem como uma insuficiente conectividade interna, relacionados com as escassas vias de comunicação. Por outro lado, e em relação às dificuldades de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, assinalam-se falhas no acesso aos espaços públicos (apesar de se reconhecer uma evolução significativa decorrente das obrigações legais) e uma falta de integração do conceito "*acessibilidade*" entre os produtos turísticos promovidos no território.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

200.000,00 € (GALICIA) + 1.360.000,00 € (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de iniciativas implementadas visando melhorar a acessibilidade às infraestruturas de visitação.
- Número de iniciativas implementadas para melhorar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou deficientes a núcleos populacionais.

INDICADORES DE RESULTADO

Melhoria progressiva das condições de acessibilidade no território da RBTGX a locais específicos.



INDICADORES DE SEGUIMENTO (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS



EIXO 2

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

LINHA DE ATUAÇÃO

- **PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

OBJETIVOS

- **Promover o desenvolvimento sustentável do turismo, em particular através do estímulo à elaboração e promoção de produtos turísticos específicos e da valorização e beneficiação de infraestruturas de desporto e de turismo da natureza**

DESCRIÇÃO

Esta linha de atuação concentrará os seus recursos prioritariamente em iniciativas que aumentem o conhecimento do território da RBTGX como destino de turismo de natureza e num segundo plano, em iniciativas mais específicas desenvolvidas em cada território nacional.

As ações a desenvolver são as seguintes:

- Apoio à rede de pontos de informação e venda da RBTGX (portas dos concelhos).
- Valorização dos percursos pedestres transfronteiriços, elaboração e publicação do respetivo material de divulgação.
- Valorização de infraestruturas de turismo de natureza: refúgios, *campings*, centros de acolhimento de visitantes.
- Conceção, divulgação e implementação de programas de visitação baseados no conhecimento e interpretação dos valores naturais e culturais.
- Manutenção e melhoria da rede de percursos.
- Implementação de sistemas de controlo do trânsito por estrada e promoção da utilização de transportes alternativos em zonas de grande afluência de visitantes e/ou importantes do ponto de vista ambiental.
- Valorização de infraestruturas de desporto de natureza

AÇÕES/PROJETOS

- **Valorização de infraestruturas de desporto de natureza (trilhos, BTT, Atividades Náuticas).**
- **Organização da oferta turística da Reserva da Biosfera**
- **Organização de eventos**
- **Beneficiação de infraestruturas para promoção de turismo de natureza e proteção ambiental**

- Implementação de sistema de controlo de tráfego e promoção da utilização de transportes alternativos em zonas de grande afluência de visitantes e importantes do ponto de vista da conservação
- Manutenção e melhoria da rede de trilhos (nomeadamente os internacionais)
- Promoção e valorização do território recorrendo às novas tecnologias

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Aponta-se como ponto forte do território o seu grande potencial turístico, bem como a qualidade e o valor do património natural e cultural com interesse para o desenvolvimento do turismo de natureza, patrimonial e cultural.

No entanto o diagnóstico aponta algumas debilidades importantes, principalmente no que se refere à promoção e divulgação da região e dos seus principais produtos turísticos, sublinha as assimetrias territoriais no que se refere à oferta de infraestruturas e serviços turísticos (concentração em determinadas áreas, como consequência da gestão do fluxo de visitantes); a escassa oferta de eventos atrativos (turístico-desportivos e turístico-culturais); a escassa relação e estratégia em rede entre as diferentes atividades e serviços turísticos da RBTGX; o deficiente sistema de sinalização turística no território e a falta de uniformização prejudicando a perceção da zona da RBTGX como entidade.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e divulgação a nível regional, nacional e internacional.

INVESTIMENTO ESTIMADO

300.000,00 € (GALICIA) + 3.545.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de percursos transfronteiriços mantidos, acompanhados de material impresso interpretativo e sinalização.
- Número de pontos de informação da RBTGX implementados no território.
- Número de pacotes turísticos e programas de visitação, desenhados e promovidos nacional e internacionalmente.
- Sistemas de controlo de trânsito implementados.
- Número de infraestruturas recuperadas.
- Sistemas de informação turística interativa implementados.

INDICADORES DE RESULTADO

Espera-se conseguir uma maior divulgação da RBTGX e uma promoção dos seus pontos de interesse e dos seus produtos turísticos.

Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 41: Nº de colaborações estratégicas e funcionais: pontuais (em um ano) e estáveis (mais de um ano)

Indicador 42: Nº de publicações

Indicador 49: Nº de trabalhos de pesquisa realizados relevantes para gestão e treinamento

Indicador 51: Nº de convénios ou outros convénios de colaboração firmados com centros de pesquisa e universidades

Indicador 58: Nº de ações de desenvolvimento promovidas pela pesquisa

Indicador 79: Estratégia de Turismo Sustentável desenvolvida

Indicador 119: Nº de universidades ou outros em órgãos de gestão e/ou participação do RBTGX

EIXO 3

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

LINHA DE ATUAÇÃO

- **INCREMENTO DO CONHECIMENTO DA ZONA DE ATUAÇÃO**

OBJETIVOS

- **Aumentar o conhecimento, quantitativo e qualitativo, do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés como um todo, (habitats, flora e fauna, geodiversidade), através da análise do território e dos seus recursos.**
- **Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e espécies.**

DESCRIÇÃO

A monitorização das espécies prioritárias e a atualização da informação relativa aos Habitats será objeto de uma intervenção especial sob esta atividade, uma vez que constitui uma obrigação decorrente da pertença dos espaços protegidos à Rede Natura.

As ações a desenvolver são as seguintes:

- **Elaboração e gestão conjunta de um sistema de monitorização da biodiversidade.**
- **Atualização da cartografia de Habitats**
- **Aprofundar o inventário dos locais de interesse geológico e geomorfológico e desenvolvimento de um plano de gestão (Portugal).**

AÇÕES/PROJETOS

- **Estudos e Implementação de ações de monitorização conjunta.**
- **Inventariação, monitorização e interpretação de locais de interesse geológico e geomorfológico.**
- **Atualização da Cartografia de Habitats**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Trata-se de um território com extensas zonas de habitats naturais pouco ou nada fragmentados, com elevados valores ao nível da biodiversidade e geodiversidade.

No entanto, constata-se uma escassez de recursos para uma vigilância ambiental adequada; uma falta de identificação de zonas ecologicamente sensíveis e um território extenso com grande superfície florestal para controlar. Identificaram-se como ameaças o efeito das alterações climáticas na zona e a proliferação de áreas ocupadas por espécies invasoras, entre outras.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO ESTIMADO

60.000,00 € (GALICIA) + 600.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão
- União Europeia- Programa LIFE

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de sistemas de informação e monitorização da biodiversidade
- Número de Inventários
- Número de planos desenvolvidos e implementados na área da geologia e geomorfologia

INDICADORES DE RESULTADO

Estar em condições para planear e executar medidas de desenvolvimento sustentável em todo o território da RBTGX a partir do conhecimento conjunto de todos os seus recursos.



Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 14: Nº de projetos desenvolvidos ligados à adaptação ou mitigação das mudanças climáticas

Indicador 23: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação de ecossistemas degradados

Indicador 24: Área de ecossistemas restaurados

Indicador 25: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação do património natural e cultural

Indicador 26: Área de património natural e sem elementos restaurados de património cultural

Indicador 88: Nº de acordos de administração de terras



EIXO 3

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

LINHAS DE AÇÃO

- **RESTAURO AMBIENTAL DE ZONAS DEGRADADAS PELA AÇÃO HUMANA**

OBJETIVOS

- **Melhorar os serviços de apoio à manutenção da biodiversidade no território e gestão dos ecossistemas florestais, com particular ênfase na resistência ao fogo, à retenção de carbono, à conservação e formação de solo e à eliminação de focos de poluição**

DESCRIÇÃO

A recuperação ambiental de zonas degradadas pela ação humana contempla as seguintes ações:

- Recuperação de áreas degradadas por extração de inertes
- Eliminação de focos de poluição (Portugal)
- Restauro de zonas queimadas
- Recuperação de margens de cursos de água, minas e nascentes de montanha
- Ações silvícolas de melhoramento de povoamentos de folhosas

AÇÕES/PROJETOS

- **Recuperação de áreas degradadas por extração de inertes.**
- **Eliminação de focos de poluição (Portugal)**
- **Recuperação de margens de cursos de água, minas e nascentes de montanha.**
- **Recuperação de áreas florestais degradadas.**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Deteta-se uma atuação tardia em áreas degradadas, agravando assim o seu estado de deterioração e existem áreas degradadas pelos incêndios florestais e pela ação humana nos últimos anos. Uma intervenção nestes locais irá permitir potenciar as oportunidades deste território, ao nível dos valores naturais e culturais de extrema relevância existentes no mesmo, o que acarretará impacto positivo na paisagem e na procura turística.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO ESTIMADO

800.000,00 € (GALICIA) + 1.050.000,00 €(PORTUGAL)

FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão
- União Europeia- Programa LIFE 2014-2020

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Hectares de zonas recuperadas e regeneradas
- Aterros restaurados (Superfície ou número)
- Áreas de extração de inertes renaturalizadas

INDICADORES DE RESULTADO

Melhoria das condições ambientais do território da RBTGX, diminuindo o impacto negativo da ação humana em habitats mais sensíveis e potenciando a utilização sustentável dos recursos naturais.



Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 14: Nº de projetos desenvolvidos ligados à adaptação ou mitigação das mudanças climáticas

Indicador 23: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação de ecossistemas degradados

Indicador 24: Área de ecossistemas restaurados

Indicador 25: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação do património natural e cultural

Indicador 26: Área de património natural e sem elementos de património cultural restaurado

Indicador 88: Nº de acordos de administração de terras



EIXO 3

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

LINHA DE ATUAÇÃO

- **PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

OBJETIVOS

O objetivo desta linha de atuação é a elaboração de planos de ordenamento e gestão de recursos de forma harmonizada, bem como a sinalização dos zonamentos previstos no Plano de Ordenamento do PNPG e do Plano Retor de Uso e Gestão do PNBSX e criação de um Centro de Estudos sobre a temática do Ordenamento do Território

DESCRIÇÃO

Para permitir um usufruto adequado da RBTGX é essencial que os visitantes e a população local tenham clara consciência dos constrangimentos que a preservação de valores naturais de excelência implica. Daí decorre a necessidade de sinalizar convenientemente os zonamentos das Áreas Protegidas e aumentar a coordenação ao nível da vigilância. Dentro dos quadros legislativos dos dois países, serão feitos todos os esforços para harmonizar, dentro do possível, os instrumentos de gestão e planeamento do território da RBTGX.

Em paralelo importa também criar condições para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento local associadas ao ordenamento do território. As entidades gestoras das duas Áreas Protegidas deverão promover uma melhor vigilância das áreas mais sensíveis

Elaborar uma cartografia de detalhe dos baldios e zonamento tanto da reserva da biosfera (Zona núcleo, tampão e de transição) como do zonamento dos espaços naturais protegidos existentes na reserva.

AÇÕES/PROJETOS

- **Harmonização dos Planos de Ordenamento das AP's.**
- **Programas de Ordenamento Piscícola, cinegético e agroflorestal.**
- **Sinalização das Áreas Protegidas.**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Como ponto forte em relação a esta atuação, existe um alto grau de experiência de cooperação institucional que se traduz, entre outros, em projetos conjuntos entre os dois territórios. Por outro lado, regista-se uma debilidade na articulação entre as instituições competentes por falta de estratégias de planeamento integradas. Uma utilização sustentável do espaço da Reserva por parte do visitante e dos habitantes locais implica que os mesmos tenham plena consciência das diversas características e condicionantes que os vários locais das Áreas Protegidas têm.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO ESTIMADO

100.000,00 € (GALICIA) + 125.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão
- União Europeia- Programa LIFE 2014-2020

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Placas de sinalização do zonamento colocadas
- Plano de Ordenamento dos Recursos Florestais



INDICADORES DE RESULTADO

Pretende-se a redução efetiva do consumo energético dos concelhos da RBTGX até 2020, bem como a melhoria da sinalização das Áreas Protegidas e a possível harmonização dos instrumentos de planeamento e gestão do território



EIXO 3

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

LINHA DE ATUAÇÃO

- PLANEAMENTO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA

OBJETIVOS

- Promover ações para a preservação e recuperação dos habitats de vegetação arbórea; em particular os carvalhais, incluindo azinhais, os bosques mesotróficos e de loureiros, os bosques de teixo, os bosques ripícolas, vidoais, os pinhais de pinheiros-silvestres, as zonas de montanha, incluindo zimbrais(1) e territórios colinos, os complexos higroturfosos, principalmente turfeiras e a vegetação ripícola de acordo com a Diretiva 92/43/ CEE.(2)
- Recuperação de espécies ameaçadas e de interesse prioritário de acordo com a Diretiva 92/43/CEE

1 *Juniperus communis*

2 Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestre (Directiva "habitats").

DESCRIÇÃO

As intervenções contempladas nesta ação são as seguintes:

- Manutenção de zonas húmidas e recuperação de turfeiras.
- Ações de expansão dos habitats e espécies de vegetação autóctone.
- Eliminação de espécies invasoras ou exóticas e recuperação das condições naturais
- Gestão de espécies e habitats prioritários

AÇÕES/PROJETOS

- Recuperação e manutenção de zonas húmidas e turfeiras
- Expansão e melhoramento de habitats e espécies de vegetação autóctone
- Controlo de espécies invasoras.

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

O elevado número de Habitats prioritários em bom estado de conservação, bem como a existência de intervenções de gestão ativa dos espaços protegidos por parte das duas administrações é um aspeto que deverá ser ainda mais potenciado no âmbito deste Plano de Ação. Há uma proliferação de áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras que importa controlar.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (Zona Núcleo e Tampão)

CUSTO ESTIMADO

200.000 € (GALICIA) + 850.000,00€ (PORTUGAL)

FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão
- União Europeia- Programa LIFE 2014-2020

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Hectares intervencionados para o controlo de espécies invasoras
- Áreas de habitats de vegetação arbórea autóctone alvo de melhoramento e restauro
- Área de zonas húmidas regeneradas e recuperadas



INDICADORES DE RESULTADO

O território da RBTGX ficará valorizado sob o ponto de vista da qualidade dos seus valores naturais, potenciando um uso sustentável deste território e tornando-o ainda mais atrativo para o turismo de natureza.

Indicadores De Seguimiento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuem objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 14: Nº de projetos desenvolvidos ligados à adaptação ou mitigação das mudanças climáticas

Indicador 23: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação de ecossistemas degradados

Indicador 24: Área de ecossistemas restaurados

Indicador 25: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação do património natural e cultural

Indicador 26: Área de património natural e sem elementos de património cultural restaurado

Indicador 88: Nº de acordos de administração de terras

EIXO 3

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

LINHA DE ATUAÇÃO

- **PLANEAMENTO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FAUNA**

OBJETIVOS

- **Restaurar os valores faunísticos em relação às espécies ameaçadas ou de reduzida distribuição e potenciar a fauna como um recurso do turismo de natureza**

DESCRIÇÃO

No âmbito desta Linha de Atuação, pretende-se desenvolver um conjunto de ações que vão de encontro das necessidades de gestão ativa das populações mais ameaçadas de espécies animais, nomeadamente:

- Programas de conservação e manejo de populações ameaçadas ou vulneráveis.
- Conservação e recuperação de espécies de insetos ameaçados
- Conservação e recuperação de espécies de anfíbios ameaçados
- Conservação e recuperação de aves ameaçadas
- Conservação e recuperação de espécies de quirópteros
- Conservação e recuperação de *Galemys pyrenaicus*
- Conservação e recuperação de espécies e Habitats piscícolas
- Remoção de espécies invasoras
- Remoção de “*cabras ferais*”.
- Criação do Centro Interpretativo (Portugal)
- Recuperação do Centro de Recuperação da Fauna Selvagem do Gerês

AÇÕES/PROJETOS

- **Programas de conservação e manejo de populações ameaçadas ou vulneráveis, controlo de invasoras**
- **Implementação de medidas de gestão de espécies e habitats prioritários ou ameaçados**
- **Centros Interpretativos (Portugal) dos valores naturais da Reserva da Biosfera**
- **Centro de Recuperação da Fauna Selvagem no Gerês.**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

A existência de espécies de mamíferos e aves cuja observação possa ser efetuada, sem impactes significativos, por turistas é uma oportunidade relevante ao nível da sustentabilidade económica do setor turístico na Reserva. Uma debilidade detetada é a proliferação de áreas ocupadas por espécies alóctones com consequente alteração dos Habitats naturais.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (Zona Núcleo e Zona Tampão)

INVESTIMENTO ESTIMADO

200.000,00 € (GALICIA) + 2.065.000,00€ (PORTUGAL)

FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão
- União Europeia- Programa LIFE

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Acompanhamento e recuperação de espécies ameaçadas e/ou vulneráveis
- Número de espécies alvo identificadas
- Número de ações de conservação e manejo de populações ameaçadas executadas

INDICADORES DE RESULTADO

O território da RBTGX terá recuperado e mantido os seus valores faunísticos em cumprimento da normativa comunitária relativa à Rede Natura. O território da RBTGX ficará valorizado sob o ponto de vista da qualidade dos seus valores naturais, potenciando um uso sustentável deste território e tornando-o ainda mais atrativo para o turismo de natureza.

Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuem objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 14: Nº de projetos desenvolvidos ligados à adaptação ou mitigação das mudanças climáticas

Indicador 23: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação de ecossistemas degradados

Indicador 25: Nº de projetos e ações de pesquisa, gestão e recuperação do património natural e cultural

Indicador 26: Área de património natural e sem elementos de patrimnio cultural restaurado

Indicador 88: Nº de acordos de administração de terras



EIXO 4

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE E ATORES LOCAIS QUE INTERVÊM NA RBTGX

LINHA DE ATUAÇÃO

- **INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

OBJETIVOS

- **Promover a realização de fóruns de discussão onde participem as populações e restantes agentes que intervêm no território para que compreendam e se sintam envolvidos nos objetivos da RBTGX, acompanhando ou até participando ativamente na implementação do Plano de Ação**
- **Envolver a população local, levando-os a participar ativamente em ações de carácter social e cultural a desenvolver no território**
- **Realização de uma jornada de apresentação do Plano de Ação da Reserva**

DESCRIÇÃO

No âmbito desta linha de ação será dada prioridade à divulgação de informação sobre o tema da RBTGX e mais particularmente sobre o Plano de Ação, no sentido de conseguir a necessária implicação e participação da comunidade local na implementação do dito Plano de Ação.

Prevê-se o desenvolvimento das seguintes ações:

- Realização de uma jornada de apresentação do Plano de Ação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês- Xurés
- Identificação de público-alvo e parceiros prioritários da RBTGX e respetiva estratégia de interação.
- Realização de sessões de divulgação e esclarecimento sobre a RBTGX
- Envolvimento da população local na construção da narrativa sobre a RBTGX

AÇÕES/PROJETOS

- **Realização de jornadas, workshops e eventos.**
- **Jornada de apresentação pública do Plano de Ação da Reserva da Biosfera**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Apesar da existência de algumas iniciativas de participação social, principalmente e entre outras, ações e fóruns no âmbito da implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável, tem-se constatado um relativo distanciamento da população e dos agentes locais face aos projetos e oportunidades em curso, como consequência da falta de informação. Mantém-se também uma opinião crítica da população em relação aos Parques.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

25.000,00 € (GALICIA) + 60.000,00€ (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg V-A Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Realização de um evento de apresentação do Plano de Ação (Jornadas).
- Workshops e eventos realizados

INDICADORES DE RESULTADO

Espera-se conseguir um maior nível de conhecimento e informação entre a comunidade local, sobre a RBTGX e o seu Plano de Ação



Indicadores De Seguimiento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 102: Nº de participantes em campos de trabalho e atividades voluntárias

Indicador 103: Nº de campos de trabalho e atividades voluntárias realizadas

Indicador 121: Nº de oficinas de treinamento realizadas

Indicador 122: Nº de participantes nas oficinas de capacitação realizadas

Indicador 132: Nº de ações (% do total) que são realizadas no âmbito do Plano de Gestão RBTGX por proposta de agentes sociais, locais e/ou órgão de participação



EIXO 4

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE E ATORES LOCAIS QUE INTERVÊM NA RBTGX

LINHA DE ATUAÇÃO

- **CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO**

OBJETIVOS

- **Desenvolver e implementar programas formativos, sessões de informação e sensibilização, tendo como objetivos; por um lado, o incremento da capacitação da população e agentes sociais acerca de como abordar os temas relevantes para a RBTGX, e por outro, a sensibilização da população em geral para uma adequada utilização e gestão sustentável dos recursos existentes.**

DESCRIÇÃO

Neste âmbito está prevista a realização de várias iniciativas de formação e sensibilização, fundamentalmente dirigidas à população e agentes locais, que contribua para dotar os destinatários de conhecimentos e ferramentas necessárias para atingir os objetivos da Reserva de Biosfera, para promover a utilização sustentável dos recursos existentes e para potenciar as oportunidades de desenvolvimento que se apresentam para o território.

Uma das prioridades desta linha de atuação consiste na dinamização de programas de formação transversais e técnicos (propondo o estabelecimento das necessidades de formação), tendo em conta a formação para a qualificação dos recursos humanos, a empregabilidade e o espírito empreendedor nos sectores de atividade considerados emergentes e estratégicos para o território.

Está prevista também a realização de cursos e seminários nos concelhos e autarquias da RBTGX; programas de intercâmbio transfronteiriço para técnicos, agentes e população local, e colaboração com a Universidade para a promoção de cursos de verão, entre outras iniciativas que consigam atingir os objetivos propostos.

AÇÕES/PROJETOS

- **Promoção de ações de sensibilização e capacitação dirigidas às populações e agentes locais**

JUSTIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Uma das fraquezas identificadas no diagnóstico refere-se ao insuficiente nível de formação da população local; em especial no domínio tecnológico, e à falta de preparação para as exigências do mercado de trabalho e para o aproveitamento das oportunidades que enfrenta a região. Além disso diagnosticaram-se carências em relação ao nível de informação da população e à participação social, situação que provocou um certo distanciamento da população das iniciativas e oportunidades em curso.

CONTRIBUTO PARA OS ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)



ÂMBITO GEOGRÁFICO

Reserva de Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO

30.000,00 € (GALICIA) + 1.700.000,00 € (PORTUGAL)

POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- União Europeia: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Interreg Espanha-Portugal Cooperação Territorial: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)
- União Europeia: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Linhas de Financiamento Nacionais
- Fundo Ambiental
- União Europeia: Fundo de Coesão

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

- Número de cursos de formação realizados e número de participantes.

INDICADORES DE RESULTADO

Alcançar um melhor nível de informação e sensibilização entre a população local, favorecendo assim a adoção de práticas e procedimentos de acordo com os valores naturais e culturais existentes e com a legislação aplicável no âmbito da Reserva da Biosfera.



Indicadores De Seguimento (PAOV-RERB 2017-2025)

Indicador 2: Nº de iniciativas ou atividades específicas que contribuam objetivamente para o alcance dos ODS. Tipo de ações implementadas.

Indicador 3: Avaliação de 1 a 10 dos efeitos/impactos dessas iniciativas no cumprimento dos ODS

Indicador 102: Nº de participantes em campos de trabalho e atividades voluntárias

Indicador 103: Nº de campos de trabalho e atividades voluntárias realizadas

Indicador 121: Nº de oficinas de treinamento realizadas

Indicador 122: Nº de participantes nas oficinas de capacitação realizadas

Indicador 132: Nº de ações (% do total) que são realizadas no âmbito do Plano de Gestão RBTGX por proposta de agentes sociais, locais e/ou órgão de participação

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação é o principal instrumento de estratégia e planeamento para o território da Reserva de Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés durante os próximos anos (2022-2025).

Como qualquer instrumento vocacionado para o planeamento - que teve em conta o diagnóstico de necessidades e os objetivos definidos com base na conjuntura do momento - o Plano de Ação da RBTGX tem necessariamente um carácter flexível, de modo a garantir uma constante adaptação e pertinência das atuações propostas, bem como a integração de novas iniciativas que não foram consideradas na fase de proposta. Este carácter adaptativo fornece ao plano uma maior flexibilidade quanto às metodologias e projetos a privilegiar, sem, no entanto, por em causa o comprometimento quanto aos grandes objetivos estratégicos e resultados a alcançar.

O ajuste contínuo do Plano de Ação da RBTGX estará assegurado através de um processo de avaliação e monitorização, que permitirá introduzir as alterações necessárias nas ações, orçamentos, cronograma de execução, entre outros aspetos do documento. Também o acompanhamento e avaliação ininterrupta permitirá identificar de forma contínua os indicadores de realização de cada ação e quantificar o seu impacto ou resultado no território.

É expectável que durante o processo de avaliação e monitorização, se venha a detetar a necessidade de incorporar novos projetos e intervenientes.